

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 03-7-2017.

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 164/17 (Processo nº 1453/17), de autoria de Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina; o Projeto de Resolução nº 029/17 (Processo nº 1605/17), de autoria de Márcio Bins Ely. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 968, 1011 e 1013/16, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei do Executivo nºs 032, 036 e 038/16 (Processos nºs 2655, 2751 e 2754/16, respectivamente); nºs 1112, 1113, 1114 e 1115/17, encaminhando Vetos Totais, respectivamente, aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 165/15, 241/16, 035/17 e 342/13 (Processos nºs 1745/15, 2431/16, 0465/17 e 3034/13, respectivamente). A seguir, o Presidente informou o não comparecimento da entidade que faria uso da Tribuna Popular na presente Sessão. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga e Professor Wambert. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell e Sofia Cavedon. Às quinze horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em continuidade, foi aprovado Requerimento de autoria de Moisés Maluco do Bem, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dez ao dia quatorze de julho do corrente. Após, foram aprovados Requerimentos de autoria de Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 03 e 04 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/17 (Processo nº 1311/17). Em prosseguimento, foi rejeitado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por dez votos SIM e quinze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Não Airto Ferronato, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Rodrigo Maroni. Também, foi aprovado Requerimento verbal

formulado por Marcelo Sgarbossa, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/17 (Processo nº 1310/17), após ser discutido por Fernanda Melchionna, Reginaldo Pujol, Adeli Sell, André Carús, Roberto Robaina, Fernanda Melchionna e Cláudio Janta e encaminhado à votação por Adeli Sell, Aírto Ferronato, Moisés Maluco do Bem e Idenir Cecchim. Durante a apreciação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/17, Prof. Alex Fraga cedeu seu tempo de discussão a Fernanda Melchionna. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/17, por onze votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Aírto Ferronato, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/17, por trinta e três votos SIM, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, foi apregoado documento de autoria de Marcelo Sgarbossa, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, que no dia cinco de julho do corrente estará em viagem para a Roma, Itália. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/17 (Processo nº 1848/17), após ser discutido por Sofia Cavedon, Idenir Cecchim, Professor Wambert e Adeli Sell. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/17 (Processo nº 1309/17), por trinta e três votos SIM, após ser discutido por Cassiá Carpes, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Em continuidade, foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Reginaldo Pujol, à Mensagem Retificativa aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/17 (Processo nº 1304/17). Também, foi apregoado o Substitutivo nº 01, de autoria de Valter Nagelstein, ao Projeto de Lei do

Executivo nº 003/17 (Processo nº 1306/17). Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Adeli Sell, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 001/17 (Processo nº 1304/17), após ser discutido por Adeli Sell, Reginaldo Pujol, André Carús, Sofia Cavedon. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Reginaldo Pujol, ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/17. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/17, por trinta votos SIM, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Mensagem Retificativa nº 01 ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/17, por trinta votos SIM e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Fernanda Melchionna e Roberto Robaina. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/17, por vinte e nove votos SIM, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/17, por trinta e um votos SIM, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 001/17, por vinte e nove votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta,

Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Fernanda Melchionna e Prof. Alex Fraga. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Paulo Brum, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 025/15 (Processo nº 0251/15). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 130/17 (Processo nº 1657/17). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 067/17 (Processo nº 0760/17), por vinte e seis votos SIM e três votos NÃO, após ser discutido por Fernanda Melchionna, Valter Nagelstein, João Bosco Vaz, Idenir Cecchim, Roberto Robaina, Aírto Ferronato, Rodrigo Maroni, Comandante Nádia e Dr. Thiago e encaminhado à votação por Adeli Sell, Fernanda Melchionna e Roberto Robaina, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e votado Não Adeli Sell, Fernanda Melchionna e Roberto Robaina. Na oportunidade, foi apregoado o Memorando nº 017/17, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação em reunião do Conselho da Internacional Socialista, do dia oito ao dia treze de julho do corrente, em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às dezoito horas e vinte e dois minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Mendes Ribeiro, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 123, 135, 175 e 208/17 e o Projeto de Resolução nº 031/17; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 057, 137 e 176/17 e o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 093/17. Durante a sessão, Cláudio Janta e Reginaldo Pujol manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Luciana Genro, ex-deputada federal. Às dezoito horas e vinte e três minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Srs. Vereadores, informo que não temos o comparecimento do representante da Sociedade União da Vila dos Eucaliptos – SUVE, para realização da Tribuna Popular aprazada para esta tarde.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, público presente nas galerias, eu gostaria de destacar alguns pontos que vêm acontecendo na nossa Cidade e que, de certa forma, nos deixam bastante entristecidos e, muitas vezes, preocupados. Nós estamos acompanhando um drama bastante grande na prestação de serviços pela nossa FASC. Infelizmente – infelizmente – nós temos aí concurso aberto, pessoas que estão capacitadas e que foram selecionadas para prestar esse serviço, mas o chamamento nunca corre. Nós tivemos uma reunião, no início deste ano, inclusive eu fiz a condução, solicitada pela nossa querida colega Ver.^a Fernanda Melchionna e tratamos justamente dessa demanda pelo serviço, pela necessidade de mais servidores públicos, educadores sociais, para justamente prestarem esse serviço à população de maior vulnerabilidade na nossa Cidade. Infelizmente percebemos que a Prefeitura não faz essas nomeações. A CEDECONDH encaminhou um pedido para que a Prefeitura apresentasse um calendário com as estimativas para as contratações, para os chamamentos, e, infelizmente, esse dado não nos foi retornado. Nós estamos extremamente preocupados porque é esse tipo de política pública que diminuiu um pouco da angústia e do sofrimento desta população tão vulnerável na nossa sociedade. População essa que precisa receber atenção, precisa receber os serviços públicos, precisa receber um aporte para que possa ter a sua vida tranquila e para que as nossas crianças e adolescentes tenham minimizados os seus problemas diários para que não sejam tão facilmente seduzidos pela criminalidade. Isso nos assusta demasiadamente. A falta de perspectiva para as nossas crianças e para os nossos adolescentes é a porta aberta e escancarada para a sedução do crime. Nós não podemos aceitar esse quadro. As nossas escolas carecem de recursos. Essas que já foram uma referência nacional em qualidade, em estrutura física, capacitadas, qualificadas, dignas. Essas escolas municipais já foram referência em projetos pedagógicos. Pois é, a realidade hoje é outra. Junto com a precarização da assistência social nós temos um quadro de desvalorização progressiva da educação no Município de Porto Alegre. E quanto a isso nós só temos a lamentar, porque, como havia falado anteriormente, a falta de um horizonte para que essas crianças possam mirar, a falta de exemplos para que essas crianças possam se espelhar não nos traz uma visão de futuro adequada. Não é o que nós esperamos. O que nós esperamos é que as nossas crianças possam enxergar um futuro mais animador, mais adequado, em que elas possam almejar alguma coisa, buscar algo, mas não é a realidade que esses pequenos e pequenas encontram na

periferia da nossa Cidade. O que eles encontram é o descaso, o abandono, a falta de políticas públicas, a falta de segurança, a falta de saúde, a falta de cultura, é tudo isso e um pouco mais. Não tendo esses valores e esses recursos, o que sobra para eles? Eles são facilmente seduzidos por uma arma e pela perspectiva de dinheiro fácil, que não é tão fácil, que cobra o seu preço. O jovem que é atraído para a criminalidade dificilmente vai ultrapassar a barreira dos 30 anos. E, com muita facilidade, ele vai, em uma semana, muitas vezes, retirar o mesmo provento que um professor da nossa rede municipal. Que tipo de exemplo nós estamos dando para essas crianças? Para onde nós estamos os empurrando? Não é para um futuro melhor. Não é.

Somadas a isso - e aqui cito o Ver. Dr. Thiago, que é um defensor do planejamento familiar -, a falta de uma política séria de planejamento familiar, a falta de educação para a sexualidade, que fazem com que tenhamos um quadro ainda mais agravado. Isso tudo soma-se à falta de um horizonte melhor para que essas crianças possam almejar o seu futuro, e nós temos aí a irresponsabilidade na criação e produção de novas famílias, famílias essas que não têm base, não têm como prover de recursos, de carinho, de atenção àqueles que estão nascendo. Essa é a nossa cidade e nós precisamos encarar essa realidade de uma forma diferente.

O horizonte que está se desenhando há mais de uma década em Porto Alegre é um horizonte sombrio. Não é por nada que nós temos aí o aumento vertiginoso dos índices de criminalidade na nossa Cidade, a insegurança, os latrocínios, os furtos – tudo isso tem uma razão, que não é única e simplesmente a falta de vagas no sistema prisional. A falta de seriedade e de competência com o serviço prestado à população e o descaso histórico que a nossa periferia vem sofrendo, tudo isso agrava ainda mais esse quadro lamentável.

Se nós queremos uma cidade melhor, se nós queremos um futuro diferente desse que está aí posto e que pelo visto não se está caminhando para uma perspectiva mais adequada, mais positiva, nós precisamos reagir. Nós precisamos levar à periferia os serviços públicos, nós precisamos levar à periferia – como diz o nosso querido Ver. Tarciso Flecha Negra – o esporte, nós precisamos levar à periferia, como muito defende a nossa Ver.^a Fernanda Melchionna, a cultura. A cultura vem sendo demandada no Orçamento Participativo como uma das prioridades da nossa população. Cultura, nossos jovens querem música, dança, nossos jovens querem teatro, nossos jovens precisam disso, precisam almejar algo. E aí, quando o Extremo-Sul da nossa Cidade decide que a cultura deve ser a sua prioridade, ou a sua segunda prioridade, como foi no ano passado, o que se faz? Transferem-se os recursos da cultura que deviam ser destinados ao Belém Novo, ao Lageado e ao Lami para um galpão do Orçamento Participativo no Acampamento Farroupilha. Que serviço será prestado à população que fez essa demanda lá na Zona Sul da nossa Cidade com um galpão no centro de Porto Alegre? Não é isso que a população quer, não é disso que a população precisa. Nós precisamos estar mais atentos, ouvir a população e atender às suas demandas. É para isso que o Orçamento Participativo foi criado. E aqui vai a minha crítica, tomando como rumo final a minha fala neste momento do Grande Expediente. O Orçamento Participativo foi criado para dar poder à população, poder decisório e verbas para executar as suas

demandas mais sensíveis. Mas o que aconteceu com o Orçamento Participativo da nossa Cidade? Ele vem se desgastando ano após ano, ele vem perdendo a sua essência, e isso é lamentável, porque sem a aplicação desses recursos nas demandas que são feitas ano após ano, desqualifica, inclusive, a estimulação de novas pessoas, de novas lideranças a participarem do processo, a se integrarem nas reivindicações, nos debates e nas decisões. O que nós estamos fazendo com a nossa Cidade? É descaso por todos os lados. Eu não posso concordar com isso. Isso me indigna. Eu me reuni há um mês com alguns amigos lá da Zona Sul, Leandro Cambraia, Michele, pessoas que já estiveram nesta Casa Legislativo encabeçando um movimento chamado Preserva Arado, e eles levantaram justamente esse quesito. Belém Novo decidiu que cultura seria uma das marcas eleitas como prioridade no Orçamento Participativo da região, mas não foi isso que foi oferecido a essa população, e por isso pedimos uma reunião com o Secretário Alabarse, que nos acolheu, ouviu nossas demandas, e nos garantiu que os recursos para a cultura, que estiverem disponíveis, serão usados localmente para atender as demandas das regiões. E eu espero que assim seja feito, que a população seja escutada e que seus anseios sejam efetivamente atendidos. Gostaria de agradecer a atenção de todos, e encaminho aqui o final de minha fala no sentido de pedir para que a Prefeitura continue a analisar a realidade das nossas escolas. O Secretário e o Prefeito já vieram a público afirmar que serão 250 nomeações, entre elas 78 monitores, mas a demanda é muito maior. Quem está em contato direto com as escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil percebe que 250 nomeações são um primeiro passo, mas que não vai resolver nossos problemas. Nós temos um ano letivo na metade da sua jornada e não podemos esperar mais, não podemos comprometer o ano letivo das nossas crianças e adolescentes.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Prof. Alex, quero cumprimentá-lo pela tua fala no Grande Expediente e pela tua militância pela educação, colega que és, e quero mesmo falar deste tema das nomeações: nós celebramos, e eu fui à tribuna e disse que finalmente entendíamos que o Governo teve alguma escuta, só que, de fato, a demanda é muito maior e mais do que isso. Precisamos que a nomeação comece agora, senão vamos iniciar agosto com essa ausência absurda de professores nas escolas. O relato que tivemos hoje, de mães, novamente, que as crianças, com a nova rotina, estão ficando sozinhas na frente das escolas, de manhã e ao meio-dia, e nós, diante da insegurança que está, vimos na semana passada o drama da Escola Pessoa de Brum, não podemos aceitar isso. É um desastre, é tempo de o Prefeito revisar a imposição da rotina também e retomar os quadros de escola. Parabéns pela sua intervenção.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Obrigado, Ver.^a Sofia. Portanto deixamos aqui o nosso recado: precisamos que toda a demanda por RH, por pessoal, seja atendida, nós não podemos esperar mais. Duzentos e cinquenta chamamentos e nomeações demorarão, no mínimo, 30 dias para que os profissionais sejam encaminhados para as suas escolas e comecem efetivamente a trabalhar. Mas a atenção às nossas crianças não

pode esperar, não podemos comprometer um ano letivo desses pequenos e o futuro da nossa criançada. Então, para que tenhamos aí o horizonte mais positivo para a nossa Cidade, eu peço, mais uma vez, que a Prefeitura repense, recalcule e atenda a demanda por profissionais em nossas escolas. Caso contrário, não teremos uma melhoria nos índices de educação na nossa Cidade. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Colegas Vereadores, hoje podemos dizer que estou completando seis meses de mandato, absolutamente inexperiente nesta Casa, Prof. Alex Fraga. Eu quero dizer que a Câmara de Vereadores e Porto Alegre para mim foram uma grata surpresa pela altíssima qualidade de boa parte dos colegas que aqui estão lutando pelo bem comum da Cidade, inclusive, V. Exa., Professor. Muito me honra, ainda que estejamos em campos opostos, a qualidade do nosso debate à altura dele e o conteúdo pelo qual travamos as nossas lutas políticas. Reconheço na oposição grandes Vereadores que têm preocupação com a Cidade, ainda que nossos campos sejam diversos e muitas vezes opostos em algumas questões específicas. Nesses seis meses, das 57 Sessões plenárias, eu tive apenas uma falta, porque, realmente, estou preocupado em honrar cada voto que meus eleitores me deram. E gostaria de aproveitar este momento para comentar algumas coisas que vão além do meu mandato: a situação, Ver.^a Mônica, precária da política no Brasil. Eu estava conversando há pouco com a comunidade, que eu recebi no meu gabinete, e nós tratávamos o custo do Brasil: alta carga tributária, ineficiência da máquina pública, o déficit da previdência, que agora se quer colocar no colo do trabalhador – três efeitos de uma única causa, que é a corrupção endêmica que existe no Brasil. A corrupção que corrói o Brasil, não só há pouco tempo, há muitas décadas, mas que, nos últimos 12 anos, se institucionalizou praticamente como política pública. Nunca o Brasil sofreu tanto nas mãos dos corruptos, e não há uma legislação vigorosa, não há uma legislação que radicalize o combate à corrupção. E qualquer corrupção é sempre assassina, tem os seus efeitos, Ver. Marcantônio. Então, se os colegas me permitem, eu gostaria também de dizer a você que está em casa, que nos acompanha pela TVCâmara que nós recebemos, nestes seis meses, R\$ 95.964,00 de verba de gabinete e desses, eu devolvi, para a cidade de Porto Alegre, R\$ 85.500,00. Então, dos R\$ 95.964,00, eu utilizei, nestes seis meses, R\$ 10.460,00 na estrutura e no custeio do nosso gabinete. Então, nós temos uma radical preocupação com o equilíbrio das finanças públicas e estamos olhando com um olhar de lupa, colegas Vereadores, a situação financeira do Município, que muito nos preocupa.

Na quarta-feira, nós vamos ter aqui a votação do Previmpa, Sr. Presidente, e eu recebi, colegas da base, inclusive, uma ligação do meu partido em Brasília, dizendo que está nos lembrando que o PROS está com questão fechada contra a reforma da

Previdência. É um tema que nós vamos olhar com um olhar de lupa, sobretudo, a votação de quarta-feira, colega Janta, Líder Cláudio Janta, porque a situação da previdência no País também é um efeito da mesma causa. Não só o déficit da previdência decorre da má gestão, mas também do alto grau de corrupção que impregnou toda a máquina estatal brasileira. Quero dizer a você que está em casa, acompanhando pela TVCâmara, que eu estou participando de quatro Frentes Parlamentares. Na Frente Parlamentar em Defesa da Vida, junto com 11 Vereadores desta Casa, pretendemos lutar pela vida, desde a sua concepção até o seu fim natural, com políticas públicas que não só coíbam a prática do aborto, mas também que deem a mais absoluta assistência e acompanhamento a todas as mães e bebês que estejam em situação de risco ou que estejam em iminência de enfrentar uma situação calamitosa e dramática como essa. A Frente Parlamentar de Desburocratização e Revisão Legislativa, também chamada de Revogação, na companhia de muitos Vereadores, em particular do Ver. Valter Nagelstein, juntos realizamos essa Frente que entendemos que vai prestar um grande serviço à cidade de Porto Alegre, porque a tarefa de um Vereador não é só produzir leis, mas revisá-las, fazer com que a máquina pública seja mais eficiente, fazer com que o Poder Público interfira menos na vida das pessoas, menos negativamente nas liberdades, e que possamos ter uma Cidade contemporânea, com legislação atual, atualizada, que possibilite o empreendedorismo e também as liberdades individuais. Também faço parte da Frente Parlamentar do Turismo e da frente parlamentar da legítima defesa, que, entendo eu, é uma lei natural e uma garantia das liberdades individuais.

Então, Sr. Presidente, colegas Vereadores, você, que está em casa, eu uso este Grande Expediente de hoje para agradecer; agradecer a companhia de tão ilustres colegas, tão dedicados ao bem da Cidade e agradecer a companhia das muitas comunidades que acompanham o nosso mandato. Ver. Prof. Fraga, eu recebi, no meu gabinete, pessoalmente, 170 pessoas ao longo deste mandato, cada uma com uma demanda diferente, cada uma com nome, com endereço, sobretudo com uma necessidade.

A política é para aqueles que necessitam dela; o papel da política é não atrapalhar, mas servir àqueles que dela necessitam. Então, o nosso empenho é pelo bem comum; o bem comum que não vem de uma corporação, Ver. Oliboni, o bem comum que não é o bem do conjunto de indivíduos, o bem comum que é uma ideia estranha ao liberalismo, mas também é uma ideia estranha ao próprio socialismo, porque o bem comum é o bem de todos e de cada um e se define por aquele conjunto de condições necessárias para que cada indivíduo realize a sua dignidade; dignidade essa que passa pela vida social, pela construção do coletivo. A cidade é, por excelência, um lugar particular onde se realiza esse bem comum. Aliás, os grandes diziam que a cidade é a sociedade perfeita, porque é na cidade que nós encontramos todos os bens necessários para satisfazer as nossas necessidades, não só materiais, biológicos, mas também as nossas necessidades espirituais; diz respeito à cultura, à evolução humana. Esse caminho, Ver. Matheus Ayres, como ensina Jacques Maritain, segue o caminho privilegiado da democracia. Não existe outro regime na face da terra que contribua mais

para a evolução da dignidade humana do que a democracia. Como dizia Winston Churchill, a democracia é o pior de todos os regimes, com exceção de todos os outros.

Eu, que já admirava o Ver. Adeli Sell, tive a experiência de conhecer o Vereador num congresso, vou dar um testemunho. Fui debater com o Ver. Adeli Sell e fui todo armado, porque sabia da sua origem partidária e imaginava que ia encontrar um homem de aspiração totalitária, como, aliás, é boa parte do seu partido, gente avessa às liberdades, gente avessa à defesa da vida, gente avessa à democracia; e, no debate, eu tive uma grande surpresa: encontrei um democrata, um homem sensível, humanista. Eu guardei todas as pedras que eu tinha na mão – V. Exa. deve lembrar disso –, fiquei encantado e disse que conheci um homem que se compromete com o bem comum.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Wambert, é um prazer poder fazer este aparte com este debate. Volto aqui a reiterar: o foco das nossas vidas, neste momento, em especial, deveria ser a democracia, o estado democrático de direito, as liberdades individuais e coletivas, o bem-estar comum, a dignidade da pessoa humana. Nós vivemos momentos difíceis, temos debatido um pouco aqui. Dias atrás, eu fiz uma provocação: que a gente discutisse o Estado brasileiro, os Poderes, a divisão de Poderes, a colaboração de Poderes, sem o massacre de um Poder sobre o outro. Fico feliz de poder fazer este debate; esta Câmara tem melhorado seus debates, mas pode melhorar ainda mais.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Obrigado, Vereador. Eu creio que todo esse ciclo de perversão política que nós estamos enfrentando no Brasil pode ser superado pela mudança das nossas instituições. Enquanto permanecer esse presidencialismo, que surgiu de um golpe de Estado há mais de cem anos, pois foi o presidencialismo que transformou a cadeira do Presidente em um trono mágico, Ver. Prof. Alex Fraga, um trono cheio de unção poderosa... A cada quatro anos nós elegemos um rei absolutista que vai governar, que sentará nesse trono – eu digo a vocês que estão em casa e à plateia que está aqui nas nossas galerias – e o sintoma disso, Ver. Cassiá, é que todo mundo que concorre ao Executivo, no Brasil, concorre com a promessa de mudar a vida das pessoas, uma promessa messiânica que é própria desse sistema pervertido que é o nosso presidencialismo. Se o Brasil sofre uma crise moral, nós temos instituições que favorecem essa crise moral. E nós temos que quebrar, Ver. Cassiá, esse ciclo vicioso, e a gente quebra o ciclo vicioso dessa ética invertida do Brasil com novas instituições. Por isso sou um defensor veemente e entusiasta do parlamentarismo. A começar, se o Brasil fosse parlamentarista, nós, Vereadores, governaríamos a Cidade. O parlamento governaria a Cidade; nós traríamos, para a política brasileira, uma categoria diferente, Ver. Adeli, que seria da responsabilidade política, que inexistente no Brasil hoje. O parlamento governando sem precisar de o Executivo construir a sua maioria de qualquer jeito, porque a maioria iria governar, e iria governar, Vereador, a partir de composições ideológicas, porque uma das grandes contribuições que o parlamentarismo traz para a política é justamente a diminuição dos quadros fisiológicos para quadros ideológicos. O parlamentarismo favorece umas depurações ideológicas dos partidos,

que vão governar a partir de conteúdos programáticos, de alianças em torno de causas e princípios e não apenas de fisiologia e de espaço. O parlamentarismo, basta dizer, é um sistema que governa quase toda a Europa, boa parte da Ásia, Ver. Maroni, e o presidencialismo – cheguem a suas próprias conclusões – é o sistema que domina toda a América. O único lugar do mundo em que isso deu certo foi nos Estados Unidos; do México para cá, Ver. Cassiá, nós temos esse modelo tripartite de Montesquieu que, quando foi instalado, nos Estados Unidos, já era obsoleto, porque logo depois, Benjamim Constant, filósofo suíço, já nos trazia a ideia de poder neutral, de poder moderador.

O Sr. Cassiá Carpes: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Wambert. Fico satisfeito com as suas palavras, até porque temos que fazer uma retrospectiva: lá atrás éramos presidencialistas, mas, realmente, esse sistema cansou e foi o que trouxe os conchavos, os conluíus, e essa ruína no Congresso Nacional. Inclusive, o senhor falou agora dos Estados Unidos, e deu certo lá porque cada Estado tem a sua autonomia.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Lá existe uma federação.

O Sr. Cassiá Carpes: Exatamente, uma federação bem composta. Então, entendo que para isso nós teríamos que suplantar esse sistema que está aí, que não daria no parlamentarismo. Nós teríamos que fazer realmente uma grande estruturação da política brasileira, aí os parlamentos teriam força. Nós tivemos apenas uma ocasião, na volta do Jango com o Tancredo Neves, foi uma experiência muito rara e muito rápida, para que depois houvesse o plebiscito, quando a população, naquela época, tinha uma noção exata de que o presidencialismo daria certo, era o único que existia, mas agora, sem dúvida, esse debate deve ser travado. É muito bom, é muito salutar para a vida brasileira. Obrigado e parabéns.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Esses apartes que recebi há pouco demonstram a minha tese, Ver.^a Mônica Leal, de que o cidadão de Porto Alegre precisa acompanhar a Câmara de Vereadores para perceber, Ver. Adeli, o altíssimo nível dos seus representantes. Há muita gente nesta Casa comprometida com o bem comum, cheia de ideais e que estão aqui para servir aqueles que os elegeram. Muito obrigado a todos, foi um prazer, que Deus abençoe a cada um de nós porque Porto Alegre está precisando muito do Seu olhar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente; colegas Vereadoras e Vereadores; cidadãos e cidadãs, tenho o prazer de falar em nome das duas bancadas de oposição, do PSOL e do PT, pela nossa Líder Fernanda Melchionna, para tratar de alguns temas da Cidade, porque quando você anda pela Cidade e não fica enfiado no Facebook, você vê a Cidade real. Porque, muitas vezes, nas redes sociais, você vê alguma lama político-ideológica, mas não vê o mundo real, do lamaçal que baixou da represa, Ver. Oliboni, que foi baixando e que foi adentrando o Campo da Tuca. Aquela obra – V. Exa. esteve dias atrás lá – está paralisada. Paralisada! Próxima chuva, nova tragédia. Houve outros desmoronamentos e absolutamente nada foi feito. Batendo perna pela Zona Leste, Ver. Oliboni, verifico que, acima do Presídio Central, durante 48 horas não havia água potável. Aí faço contato com o DMAE. A pergunta corriqueira, Ver. Alex, é a seguinte... Matheus, o que o DMAE pergunta? “Qual a rua?” Bom, eu tinha dito: todo o Morro da Polícia está sem água há 48 horas. Então não é a Rua A, nem a B, nem a C, nem é a Vila do Mato! É todo o Morro da Polícia. Insistindo, vem finalmente uma resposta: “Na Rua X houve um trabalho no dia 1º e no dia 2, está concluído.” Sim, tudo bem, está concluído, mas a pergunta que eu faço: já chegou a água no morro? É impressionante! Uma senhora me disse, Ver.^a Sofia: “Nós adoramos morar aqui no morro, mas o pessoal tem que nos olhar, tem que nos enxergar.” E nós estávamos, como estamos todos os dias, aqui, ali, acolá, para enxergar, para levantar questões, pautar ao Executivo que esta função do Legislativo... Por isso eu vivo provocando nesta tribuna, para que debates político-ideológicos e institucionais sejam feitos como o Ver. Alex e o Ver. Wambert aqui colocaram, agora, no Grande Expediente. Aqui nós tiramos, hoje, um pouco, esse clima de inverno com suas boas falas. Assim tem que estar o Parlamento: debatendo, levantando questões. Eu penso, inclusive, que a Cidade necessita de uma frente em sua defesa, uma defesa para nós caminharmos pela ousadia, para fazer coisas novas, diferentes, remendar algumas coisas quebradas ao longo dos anos. Mas tem algumas coisas essenciais que têm que ser feitas. Aqui temos muita militância na área da infância, da adolescência, da educação, porque somos pessoas preocupadas com seres humanos, com a dignidade da pessoa humana. Se não aumentarem os repasses da SMED para as escolas infantis conveniadas, vai ser uma tragédia e meia, porque tragédia, nós já temos; aumentará esse fosso de dificuldades, quase intransponíveis - ainda há tempo de remendar, de refazer, de melhorar. Não diferente são as ações sociais da FASC. Sabemos dos múltiplos problemas da FASC e do DEP; por sinal, nos últimos dias, pouco tem se falado aqui dos problemas do DEP, apesar das enchentes, inundações, alagamentos, já que esse é o departamento responsável, até porque o Governo quer juntar com o DMAE. Juntar ou não com o DMAE, desde que funcione, quem decide a sua estrutura administrativa é a Prefeitura. Nós, do Partido dos Trabalhadores, da Administração Popular - falo agora por esta questão particularíssima do PT -, fizemos os CARs. Se, hoje, os CARs não respondem mais ao cotidiano, até porque aumentaram alguns desnecessariamente; se quiserem fazer outra reestruturação, tudo bem, mas nós, Vereadores Alex, Fernanda, Robaina, Oliboni, Sofia, vamos estar presentes, levantando questões, pautando o Executivo, cobrando, porque, acima de tudo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Vereador Oliboni, hoje vamos dar um tempo no assunto saúde e vamos voltar para a educação. Falaste em Liderança na última Sessão, Vereadores Adeli, Sgarbossa, nós devemos insistir neste tema porque estamos encerrando o semestre, Ver. Tarciso. Um semestre desastroso para a educação em Porto Alegre, até diria um semestre da calamidade educacional. Hoje, ouvi relatos de mães e pais que estão organizados em uma comissão. Quero dizer para os senhores que 12 Vereadores devem ter recebido esses pais e mães, porque eu os recebi na reunião da CEDECONDH, não foram ao meu gabinete. Vereador Janta, sei que. V. Exa. os recebeu. Hoje eu ouvi os relatos que eles formalizaram, Ver. Prof. Alex Fraga, no Ministério Público de Contas, as suas queixas sobre a repercussão da imposição das rotinas escolares nas escolas municipais. É óbvio que eles não estão encontrando um canal de efetivo diálogo com o Governo Municipal; estão procurando outros canais e outros apoios. E os relatos são muito dramáticos. Aqui nós já afirmamos que houve redução de alimentação escolar na rede municipal de ensino, que as crianças não podem receber. Mas hoje eu ouvi relatos que eu nunca tinha escutado sobre a rede municipal de ensino: durante à tarde, por exemplo, o único lanche que as crianças recebem é uma bergamota num dia, noutro dia são três bolachas e um leite que é um soro, noutro dia são três bolachas salgadas. Quero dizer que essa racionalização de alimentação escolar em Porto Alegre nunca tinha acontecido. Esses relatos foram de pais e mães – e esses não podem ser advertidos, punidos e nem suspensos – de uma das escolas, cujas crianças ficam das 12h às 13h sozinhas na rua, porque elas têm projeto no contraturno e voltam para escola de ônibus. É um projeto organizado pela Prefeitura, não é um projeto que a escola esteja resolvendo coisas das suas famílias, não, é um projeto de extensão de turno escolar, convênio. Aí o ônibus traz as crianças de volta, larga em frente à escola, e a escola, nesse horário, está fechada, e elas têm que esperar até as 13h sozinhas, todas tendo que almoçar em 10 minutos. As escolas, além de não ter os professores, porque eles são obrigados a fazer só quatro horas, perderam vice-diretores, 24 vice-diretores, bom, não tem mais ninguém, tem a diretora correndo para lá e para cá. Essa é a situação de calamidade da escola municipal de Porto Alegre, Ver. Aldacir Oliboni, o seu assessor, professor Acir, acompanhou esse momento hoje pela manhã, e outros relatos dramáticos de falta de professores, de falta de monitores para ajudarem as crianças com deficiências. E fica impossível para as crianças com deficiência, em um recreio de 15 minutos, se deslocarem da sala de aula para ir ao banheiro e comer aquele parco lanche – pronto, acabou o miserável recreio, não tem nem como se divertir, Ver. Tarciso. São relatos dessa ordem, da indignação de pais e mães com a imposição da rotina escolar.

Até as mães estão ali agora, eu as vejo – desculpem-me, não tinha nem notado que vocês estavam aqui. É uma comissão valorosa em que estão fazendo um material; estão, incansavelmente, atrás da revisão da rotina que retirou o direito das crianças. Bonito e emocionante ver mães e pais dizendo que está bem, que para eles é bom que nas quintas não tenha redução do tempo, e vou repetir a fala de uma mãe: “Mas deve haver um jeito de os professores terem horário de planejamento, porque uma escola sem planejamento...”. Ora, um pai e uma mãe precisam afirmar isso? Um gestor da educação deveria afirmar isso, que uma educação sem planejamento, sem avaliação, sem trabalho coletivo é um desastre. E mais, encerro aqui o meu tempo de Liderança do PT dizendo que esse número de professores, que eu já disse na intervenção com o Prof. Alex, na verdade são 255 anunciados, nós vibramos, nós achamos que está correto, mas entre esses, 60 e poucos são monitores, extremamente necessários à educação infantil para garantir turno integral e para o apoio à educação especial, aos alunos incluídos. Porém 170 professores correspondem a um terço da necessidade identificada na rede pelos pais e mães. Esse movimento de pais e mães levantou em 25 escolas a necessidade de 400 professores. Portanto nós queremos a nomeação imediata dos anunciados. Porque para chegar em agosto e ter professor em sala de aula é preciso chamar agora, mas tem que haver uma revisão urgente de todas as necessidades e dessa postura de querer economizar em educação. Isso é um desastre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h05min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Ver. Moisés Maluco do Bem solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 10 a 14 de julho de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCE nº 004/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLCE nº 004/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. ALDACIR OLIBONI (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, imediatamente, votar o Requerimento nº 136/17. Após, retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**.

O SR. MARCELO SGARBOSSA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 020/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1310/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/17, que altera o inciso II do *caput* do art. 68-A da Lei Complementar nº 7, de 1973, possibilitando o protesto de CDAs em execução fiscal, desde que não suspensa a sua exigibilidade.

Parecer

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto

Observações:

- Com Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 26-06-17 por força do art. 81 da LOM;
- adiada a discussão por uma Sessão em 28-06-2017.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCE nº 003/17. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer a paciência, porque fiz questão de pegar o processo em mãos antes de vir discutir. Eu sei que esta matéria é bastante conhecida pelo conjunto de Vereadores e Vereadoras como um dos projetos que integrou a primeira parte do pacote do Marchezan e que tem a ver com a questão das dívidas com o Município de Porto Alegre. Ele coloca a possibilidade de o Governo levar a protesto a certidão de dívida

ativa de créditos tributários e não tributários desde que o crédito a que se refere a certidão a ser protestada não esteja com a exigibilidade suspensa. Ou seja, ele permite que o Município leve, a protesto, dívidas de pessoas físicas, pessoas jurídicas que venham a ter com o Município de Porto Alegre como uma medida de arrecadar e tentar ampliar a arrecadação com a dívida ativa. É um tema extremamente necessário, evidentemente, diante do impacto da crise econômica, da diminuição dos repasses estaduais e nacionais ao Município e diante desse cenário de crise que vive o Município. Crise que, por um lado, é superestimada na política do Marchezan de ampliar o caos para justificar uma política de privatizações, uma política de ataque a direitos sociais, e de uma crise que precisa ser enfrentada com mecanismos de ampliação de receitas. Nós, por exemplo, defendemos a ideia do IPTU progressivo como uma forma de garantir a melhoria da arrecadação e taxar quem merece ser taxado. Inclusive o Ver. Roberto tem projeto nesse sentido, eu também tenho projeto nesse sentido, para que haja justiça tributária. E o IPTU é um dos poucos instrumentos que pode permitir que se busque justiça tributária. Aqui nesse projeto nós também apresentamos uma emenda com esse intuito de buscar um pouco de justiça tributária, inclusive para quem deve para o Município de Porto Alegre. Porque é verdade que há um conjunto milionário de dívida ativa, e o Município tem que buscar reaver esses recursos. Mas também é verdade, Ver. Thiago, que não se pode colocar no mesmo grau de cobrança, inclusive na possibilidade de negativação, um pai de família, uma mãe de família desempregados - por conta do impacto da crise econômica que faz com que nós tenhamos 14 milhões de desempregados no Brasil - a uma grande empresa que deve ISF, por exemplo, ao Município de Porto Alegre, um banco, por exemplo. Então o que nós buscamos fazer na nossa emenda? Fazer a possibilidade de escalonar esses que devem ao Município. As pessoas que se enquadram na situação abaixo nós tiramos da possibilidade de levar a protesto as dívidas tributárias ao Município de Porto Alegre. A gente coloca pessoas físicas com rendimento mensal inferior a três salários mínimos e pessoas que estejam desempregadas. Porque é uma forma de garantir a estas pessoas que a cobrança seja feita como hoje. Tiramos a possibilidade desse protesto e da negativação do nome dessa pessoa que tem muito impacto na vida concreta e real dela. Então, nós não estamos isentando essas pessoas de pagarem as suas dívidas, nós estamos dizendo que essas não podem ser levadas a protesto. E os outros, tanto pessoas físicas com uma renda um pouquinho maior, porque três salários não é uma renda muito alta, por óbvio, as classes assalariadas e a classe média recebem isso, ou que seja empregada, bom, aí entra no critério geral do projeto, assim como, por óbvio, as empresas que têm dívida com o Município de Porto Alegre. Nós achamos mais: que além de uma questão de justiça tributária, além de uma questão de proteção aos que estão sofrendo um maior impacto da crise econômica, medidas como essa são necessárias inclusive para estimular a economia, porque alguém que estiver negativado vai ter muitas dificuldades de contratar uma série de coisas, enfim, de situações da vida cotidiana, Ver. Reginaldo Pujol. E na medida em que a gente preserva essas pessoas, também, além de reconhecer essa situação grave causada pelo desemprego e pela crise econômica, a gente está resguardando direitos, está resguardando inclusive a

possibilidade dessas pessoas, logo ali na frente, se levantarem e conseguirem superar essa situação econômica difícil. É claro que para superar essa crise do Brasil são necessárias medidas radicais de taxação dos ricos, de taxação do capital financeiro e uma busca por uma verdadeira justiça tributária; é justamente o contrário do que o Governo Temer e que os governos, de um modo geral, têm feito. A nossa emenda busca, então, dar esse caráter de classe e de justiça tributária a esse projeto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho à tribuna em face da emenda proposta pela Ver.^a Fernanda Melchionna, tendo em vista que essa emenda surgiu, obviamente, após um estudo a respeito da matéria e posteriormente ao parecer exarado pelo Ver. Luciano Marcantônio, que evidentemente não poderia prever que ocorresse uma emenda posterior à lavratura do seu parecer. A Emenda nº 01 dá nova redação ao art. 1º, que passa a ser o seguinte (Lê.): “II – levar a protesto a Certidão de Dívida Ativa de créditos tributários e não tributários, desde que essa não se enquadre em uma das situações abaixo: 1) crédito ao qual se refere a certidão a ser protestada não esteja com a exigibilidade suspensa; 2) certidão pertencente a pessoa física com rendimento mensal inferior a 3 (três) salários mínimos ou; 3) certidão pertencente a pessoa física que esteja desempregada”. A proposta que nós vamos examinar como emenda não é uma proposta absurda, mas é uma proposta que merece ser examinada. Eu não sei como a sua execução poderia ser realizada, na medida em que a certidão é expedida sem conhecer a situação da pessoa, se ela está empregada, desempregada, se ela é proprietária ou não é proprietária. Obviamente que isso poderia ter, quando da execução, um certo problema. Na outra hipótese, se eu disser que a pessoa física com rendimento mensal inferior a três salários mínimos, também tem sentido não levar a protesto pessoa nessas condições. E também não se sabe qual é o montante do protesto. A grande importância que se tem, Vereadora - e eu passei pelo Executivo, por isso eu conheço – é que, de tempos em tempos, a gente simplesmente cancela uma série de pequenas multas, etc. e tal. Como não é possível levar à execução judicial, porque as custas vão custar mais do que a execução, então normalmente o que está-se utilizando com grande resultado para a Prefeitura são exatamente essas circunstâncias a que eu já me referi, pequenos valores onde a cobrança judicial não se recomende, torna-se ineficiente, quando não ineficaz. Porque normalmente se coloca um crédito do Município em execução, a pessoa muda de endereço, etc. e tal, demora quatro, cinco anos para sair aquela execução, e, na hora de executar, não raro a pessoa até perdeu a condição de executabilidade da sentença. Essa cobrança, através do protesto judicial, é uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado como uma forma de se agilizar uma cobrança que muitas vezes deixa de ocorrer exatamente pela sua insignificância. O sujeito está devendo R\$ 100,00 para o

Município, ora, ele não vai pagar R\$ 100,00 porque não vai se preocupar com esse pagamento, porque só quando ele for pedir uma certidão é que, evidentemente, surgiria um problema para ele. Enquanto isso não ocorre, ela vai aumentando, gradativamente, de valor, e aguarda protesto, tem uma razão para que a pessoa vá lá e satisfaça o seu compromisso com o Município...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. REGINALDO PUJOL: ...É um exemplo muito simples que ofereço para dizer que, honestamente, eu não sei como recomendar o comportamento, não sei se é possível fatar a votação dessa emenda ou não. Enfim, durante a discussão, a gente pode chegar a um entendimento. Como eu digo, a emenda não tem nada de absurda, não é aquele negócio manifestamente inconstitucional. Eu tenho dúvida quanto à sua exequibilidade, principalmente isso. E como isso poderá, no futuro, criar algum transtorno, melhor pensar sobre isso, ouvir a liderança do Governo neste sentido é algo que considero muito importante, porque a minha visão é baseada numa experiência administrativa, e, evidentemente, que de lá para cá as situações modificaram muito. Por isso seria bom uma elaboração sobre o assunto em homenagem à Ver.^a Fernanda Melchionna, que propôs a emenda. Era isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente e colegas Vereadores e Vereadoras, esse projeto de lei pede que aprovemos a possibilidade de levar a protesto a certidão de dívida ativa de créditos tributários e não tributários, desde que o crédito ao qual se refere a certidão a ser protestada não esteja com a exigibilidade suspensa. Essa segunda parte não precisaria estar, por óbvio. Se não tem exigibilidade, não pode ter protesto, portanto, Ver. Ferronato, V. Exa. que entende do assunto poderia fazer uma emenda tirando essa segunda parte porque, como diria o Ver. Elói Guimarães, é despicienda, atrapalha, não é necessária. Eu fico pasmo ao verificar, em Porto Alegre, como nós temos um conjunto de certidões de dívida ativa não encaminhadas devidamente. Não se tomam as devidas medidas. Só recentemente o Governo Municipal lançou um decreto abrindo a possibilidade da utilização de um expediente que está no Código Civil, que entrou em vigor em 2003, dizendo que podem ser encampados terrenos, edificações, áreas que não pagaram impostos durante três anos. É claro que o Governo dá mais três anos, em não sendo o instituto chamado derrelição. Parece um palavrão, mas não é um palavrão, é uma questão técnica. E nós podíamos estar nas mãos do Poder Público, com várias edificações, onde não se pagam tributos. Há uma disputa judicial de um edifício,

aqui em Porto Alegre, numa zona nobre. O espólio, os herdeiros, querem tirar as pessoas que ocuparam há anos, anos e anos. Era uma casca apenas essa edificação, e todas as benfeitorias necessárias foram feitas pelas pessoas. Era ocupada para o tráfico, por marginalidade, por tudo que se possa imaginar. Fui verificar - pela Internet, tudo é fácil hoje em dia - e contra esse espólio tem cinco ações de cobrança de tributos. Como tem uma questão, a gente não sabe se é só daquele ou de outros, provavelmente, tem de outros também. Ou seja, a cara dura, a cara de pau, a maneira deslavada que algumas pessoas têm de querer o que não é deles. Não pagam os tributos. Eu estou com um projeto sobre o tema da chamada derrelição, na minha mesa – eu não tinha ainda protocolado –, estava em processo final. E se o Governo não entrar com o projeto e ficar só com o decreto, Prof. Alex, eu vou entrar com o meu projeto, porque o meu é mais completo do que o decreto. Nós não podemos aceitar, Ver. Oliboni, não podemos aceitar que não se cobrem as dívidas ativas, porque os pequenos estão pagando. Ver.^a Fernanda, o pessoal que tem posse, quando bate a cobrança, inclusive, pode se cobrar, sobre posse, o IPTU, não está proibido, o pessoal vai lá e paga. Ainda bem que paga, porque depois não tem esse papo, isso vai ser utilizado a favor da regularização fundiária, inclusive, do usucapião. Mas quem deve mesmo, nesta Prefeitura, quem poderia deveria pagar. Por isso que nós vamos apoiar este projeto de lei. Nós temos que cobrar de quem deve e não quer pagar. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, como todos sabem aqui e a população de Porto Alegre, nós temos procurado exercer a independência no mandato com a maior responsabilidade possível, apreciando aquelas matérias que são importantes para a Cidade e estabelecendo uma divergência, num debate responsável, sobre aquilo que nós entendemos que deva ser melhorado. Neste projeto, especificamente, nós somos favoráveis, porque a inclusão nos cartórios de protesto daqueles que estão inscritos em dívida ativa com o Município é um mecanismo eficaz de cobrança e de recuperação de crédito por parte da Prefeitura, que pode, sem dúvida alguma, resultar em investimentos que são fundamentais naquelas áreas essenciais e mais reclamadas pela população. E vou dar alguns exemplos práticos do quanto essa cobrança, que possa se efetivar por meio do registro nos cartórios de protesto, reverte em favor da Cidade. Nos temos um fundo que foi aprovado aqui, no final do ano passado - era a Legislatura anterior -, de apoio aos catadores e à inclusão produtiva na reciclagem. E alguns dos recursos que devem compor esse fundo são oriundos das multas previstas pelo novo Código de Limpeza Urbana, que é a Lei Complementar nº 728, de 2014. Muitas pessoas que são multadas pelo flagrante ou denunciadas do descarte irregular de lixo em áreas proibidas pagam ou apresentam recursos no prazo, mas muitas delas continuam inadimplentes com o Município, deixam

de pagar um valor considerável que poderia servir para abastecer, por exemplo, esse Fundo. Ou também, conforme a mesma lei, o novo Código de Limpeza Urbana, 20% dos recursos arrecadados com as multas do Código de Limpeza Urbana devem ser revertidos em projetos de educação socioambiental. Esperamos que esse seja um instrumento eficaz de cobrança daqueles que estão inadimplentes com o Município.

Uma outra questão importante: que a Prefeitura possa, a partir do momento em que essa medida for aplicada, periodicamente, prestar contas à sociedade de quantos créditos foram recuperados a partir dessa iniciativa, porque eu tenho certeza de que essa é uma matéria que a Prefeitura deve aprovar. A Prefeitura deve ter a agilidade necessária, proporcional à preocupação que tem demonstrado com as finanças públicas para iniciar a sua aplicação. Nós sabemos o quanto tem demorado as execuções judiciais de cobrança e o quanto têm custado as despesas processuais dessas execuções de cobrança para o Município. O oficial de justiça não localiza, para notificar, pessoas que, muitas vezes, são inadimplentes, pessoas que, muitas vezes, já nem residem mais em Porto Alegre. O protesto no cartório é um meio eficaz para que se identifiquem e se recuperem os valores que deveriam abastecer os cofres municipais. Isso vai resolver a crise financeira do Município? Na sua totalidade, não; mas parcialmente eu entendo que vai contribuir bastante, e não é uma proposta que vai criminalizar quem é inadimplente, mas vai fazer justiça com aqueles que são adimplentes, porque quem não está em dívida ativa com o Município é ciente de suas responsabilidades e também do seu compromisso em manter a regularidade dos seus débitos com o Município. Eu entendo que é uma proposta meritória, mas reforço: é importante que não só ao Poder Legislativo, mas à sociedade como um todo, num prazo razoável, em relação a esses recursos que poderão ser recuperados com os protestos, o Município diga quanto está recuperando. Porque nós ouvimos um discurso de crise, um discurso de problemas financeiros, problemas de receita, e essa é uma medida que incrementa a arrecadação do Município, mas nós queremos saber em quanto isso vai representar e para onde serão destinados esses recursos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu venho à tribuna, primeiro, porque nós, do PSOL, vamos, sim, aprovar a proposta, porque é uma proposta que fortalece a ideia de cobrança das dívidas com o Município. Nós pedimos para os Vereadores e Vereadoras aprovarem a emenda que a Ver.^a Fernanda trouxe para esta Casa, porque é uma emenda que busca fazer um corte mínimo e impedir também que haja uma cobrança para os setores mais carentes da nossa população. O Ver. Pujol colocou de modo muito inteligente a necessidade de discutir a capacidade de se aplicar essa emenda, mas eu acho que, a Câmara aprovando,

o Governo certamente tem os recursos que possibilitam fazer com que haja isenção dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos.

Há mecanismos técnicos. O próprio Ver. Pujol se referia à sua experiência no Governo como uma experiência já de um tempo atrás. Ele levantava que, certamente, há uma possibilidade de fazer essa aferição e impedir o prejuízo dos setores mais pauperizados. Portanto, além da aprovação do projeto, nós reivindicamos a aprovação da emenda. Eu gostaria de jogar luz sobre essa discussão um pouco mais amplamente. Há uma discussão sobre a cobrança da dívida ativa. Isso tem importância, porque é um primeiro debate que envolve uma discussão mais profunda sobre as receitas do Município. Isso tem muita importância! Não é possível, numa cidade como Porto Alegre, o Governo seguir atacando pelo lado das despesas, quando nós sabemos que os cortes de despesas têm atingido justamente os serviços públicos mais urgentes para as populações mais necessitadas, tanto na saúde, quanto na educação, no serviço de água, no serviço de obras. Nós queremos desenvolver o debate sobre o lado das receitas.

Por isso, eu fiz um pedido em 12 de abril e, de certa forma, estou apelando para a Câmara de Vereadores, para que a gente possa acelerar, que o Governo nos dê os dados acerca de quem são os devedores do Município. Em abril eu fiz um pedido, Ver. Moisés, que é Vice-Líder do Governo, para que o seu Governo nos informe quem são os cem maiores devedores de IPTU de Porto Alegre. Esse é um assunto público! A Câmara de Vereadores precisa saber quem são os cem maiores devedores de IPTU em Porto Alegre, a Câmara de Vereadores precisa saber quem são os cem maiores devedores do ISSQN em Porto Alegre! Nós não podemos discutir uma política tributária, nós não podemos discutir cobrança da dívida ativa, se não há transparência em relação aos devedores! Eu fiz esse pedido no dia 10 de abril, e nós estamos quase chegando ao fim do semestre; fiz o pedido no início do semestre, e o Governo ainda não deu resposta. Então, para que a gente possa discutir seriamente a política tributária, para que nós possamos discutir seriamente o aumento da receita no Município, é preciso, no mínimo, que o Governo informe quem são os devedores. Eu tenho certeza, Ver. Tarciso, que os grandes devedores são as grandes empresas; não são os trabalhadores, os assalariados os grandes devedores, são as grandes empresas. As grandes empresas precisam ser constrangidas politicamente a pagarem os seus débitos com o Município de Porto Alegre, porque nós temos um Governo que, dia sim e outro também, fala em cortes de gastos; que, dia sim e dia também, diz que não tem recursos para consertar os buracos das ruas; que, dia sim e outro também, não resolve nenhum tipo de problema mais grave envolvendo questões elementares como, por exemplo, a falta de água lá na Aparício Borges, na Volta da Cobra, que é uma rua onde as pessoas pagam por água e não recebem água. Em Porto Alegre tem isso, gente que paga água e que não tem água nas torneiras. O Governo, o tempo inteiro, alega falta de recursos. Pois nós, pelo que eu sei, temos uma dívida para ser cobrada de cerca de dois bilhões. Esse debate precisa ser feito! É preciso cobrar a dívida. E, se essa dívida for de grandes empresários, mais ainda deve ser cobrada, porque não é possível que os grandes empresários não paguem, não cumpram com as suas obrigações. Esse é o pedido que eu faço, aliás, eu peço ao Ver. Cláudio Janta e ao Ver. Moisés que ajudem a Câmara de Vereadores a ter essas

informações, que são básicas para que possamos ter uma política tributária real e não apenas discutir a despesa. Temos, também, que discutir a receita e o pagamento de quem deve pagar; em geral, os grandes empresários. Esses grandes empresários precisam ser conhecidos pelo povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/17, por cedência de tempo do Ver. Prof. Alex Fraga.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu já discuti o projeto, acho que também fui muito bem representada pela fala do Ver. Roberto, mas eu me inscrevi, na verdade, para dialogar com a sua fala, Ver. Pujol, com relação a nossa emenda. Primeiro, quero lhe dar toda a razão quando fala no tema da execução fiscal. Muitas vezes, ela não é recomendada. Quando a dívida é pequena, isso obviamente é mais caro, é mais oneroso ao Município, com as custas, do que o retorno dessa dívida, por serem valores pequenos. Acho que a sua experiência contribui muito com o debate desse projeto. Quero lhe agradecer pela atenção à nossa emenda, assinada também pelos Vereadores do PSOL, os meus colegas Prof. Alex e Roberto Robaina. Quero dizer que nós temos a convicção de que é uma emenda que garante justiça progressiva. Eu me lembro, e queria dialogar com a bancada do PTB, da emenda que o Ver. Brasinha fez durante a votação do Código Municipal de Limpeza Urbana, o Ver. André Carús fez essa ressalva. Ela foi prontamente aceita na questão de garantir que não houvesse cobrança, mas prestação de serviços a quem recebe até três salários mínimos. Isso não é inconstitucional, nem fere nenhuma isonomia, é uma medida protetiva, foi aprovada por esta Câmara de Vereadores. Acho que a nossa emenda vem nesse sentido, o de garantir que alguém que esteja vivendo a brutalidade da crise econômica não vá cair no Cadin, por exemplo, o que vai dificultar muito a sua vida, inclusive para se reerguer diante dos impactos da crise na sua vida, no seu bolso. Quando a dívida é pequena, a tendência é que não vá a protesto, é verdade. Mas, para evitar que isso ocorra e já se preserve na legislação essa medida protetiva, achamos que é muito importante ser aprovada a nossa emenda. Ver. Pujol, temos total acordo em fracionar, se o conjunto de Vereadores e Vereadoras achar que é melhor separar os três salários mínimos da questão do desemprego, não temos nenhum problema com isso. E mais: a questão de como seria feita essa triagem ou essa fiscalização, Ver. Tarciso, achamos que é, evidentemente, uma responsabilidade do Governo, porque nós não temos como dizer que vai ter um balcãozinho na Prefeitura, na Fazenda e que... Agora, é muito possível que a Prefeitura possa fazer isso com a questão da comprovação da pessoa diante duma carteira de trabalho que não está assinada, ou diante de um contra-cheque que mostre que a renda mensal é inferior a esses três salários mínimos, que nós estamos colocando como ponto de corte para que haja essa proteção. Como eu disse, não significa perdoar a dívida dessas pessoas; ao contrário, a dívida segue igual como é hoje, apenas não coloca a

possibilidade de levar a protesto essas pessoas e colocá-las, inclusive, numa lista como o Cadin, que vai inviabilizar uma série de coisas na vida de pais e mães de família que estão desempregados. Vocês devem ter lido, assim como eu, o caso de um pai que estava no Sine pela sétima vez procurando trabalho e desmaiou de fome. Foi toda uma comoção nas redes sociais com toda a razão, porque é uma dessas situações graves que a gente vê. São 14 milhões de desempregados, filas enormes, homens e mulheres que perdem tudo em função do desemprego, inclusive muitos acabam caindo em situação de rua. Nós temos visto, cada vez mais, famílias em situação de rua em Porto Alegre como parte das consequências desta crise econômica brutal.

Nós achamos que é muito importante que haja essa medida protetiva. Eu reitero que nós escolhemos os três salários mínimos inspirados na emenda do Brasinha durante a votação do Código Municipal de Limpeza Urbana, que foi votado por unanimidade nesta Casa com diálogo e garantia da proteção a essas pessoas. Esperamos que os Pares aprove a nossa emenda. E, como eu disse, respondendo à intervenção do Ver. Reginaldo Pujol, a quem eu agradeço, abrir o diálogo é muito importante aqui nesta tribuna, nós estamos totalmente à disposição para fracionar as duas emendas, ou mesmo para criar outra emenda, dizendo que vai ser regulamentada pelo Governo a forma que esse controle será feito. Evidentemente que o Governo tem autonomia, aliás, tem prerrogativa para definir a forma como isso poderia ser executado no Município de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta Casa; se uma pessoa deve para alguma loja, para algum lugar, essa pessoa, ela deve, e o princípio da isonomia tributária não quer saber a renda dessa pessoa. Se ela compra em uma loja, em algum lugar, ela comprou, executou sua compra, sua dívida, e o SPC, a Serasa, os órgãos de defesa do consumidor não querem saber. Nós estamos falando das principais dívidas que o Município têm. Aí, Robaina, falamos dos principais credores do Município que ele não consegue cobrar. É uma praxe do trabalhador. Não é à toa que temos grandes lojas do varejo que só trabalham para as pessoas de baixa renda, porque elas honram seus compromissos. Não é à toa que o Governo, quando faz promoções, quando faz propostas para as pessoas pagarem IPTU com desconto no início do ano, quem mais corre para pagar são as pessoas de baixa renda, que são os que mais preservam seu crédito. Nós estamos mandando subir a Ladeira - lembro disso porque trabalhei de *office boy* e ia muito na Ladeira, onde ficam os cartórios de protestos em Porto Alegre – quem deve ISSQN, quem deve ITBI, quem deve IPTU, os grandes empreendedores. Não estou falando de quem ganha até três salários mínimos, até porque quem ganha um centavo a mais que três salários mínimos já teria que subir a Ladeira. Nós não podemos rasgar o princípio da isonomia tributária.

Nós fizemos este projeto para que as pessoas que estão devendo para o Município de Porto Alegre paguem como as pessoas pagam os bancos, as lojas, o consórcio, o financiamento, porque, se elas não pagarem, não vamos ter aqui... Alguns Vereadores que me antecederam pediram mais dinheiro para a saúde, para a educação, recursos para o Município de Porto Alegre. E os recursos do Município de Porto Alegre, além do Fundo de Participação dos Municípios, vêm do ISSQN, do ITBI, do IPTU e, depois, de uma parcela do IPVA, que o Município não pode cobrar. (Turno 31, 1,18min) Quem pode cobrar esses tributos que nós estamos falando é somente o Município. Se as pessoas estão devendo e não podem pagar... Eu volto a afirmar que as pessoas de baixa renda são as pessoas que mais pagam as suas contas em dia. Os trabalhadores não dormem para pagar as suas contas. Essas pessoas não estão, em hipótese nenhuma, preocupadas, até porque os aposentados têm isenção, uma série de pessoas têm isenção. Agora, as pessoas que devem na cidade de Porto Alegre – e, há muito tempo, devem IPTU, ITBI, ISSQN – vão ter que subir a Ladeira, vão ter que contribuir com recursos na cidade Porto Alegre, vão ter que pagar as suas contas ao Município de Porto Alegre, para nós termos mais recursos para investir na saúde e na educação. Por isso, nós encaminhamos para que os Vereadores aprovem este projeto e rejeitem a Emenda nº 01. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCE nº 003/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores; ainda bem que, no último minutinho, o Líder do Governo veio aqui falar, mas eu gostaria de ter ouvido mais daqueles chamados 11 Vereadores da base do Governo que um jornal da Cidade noticiou. Ver. Moisés Maluco do Bem, nós somos favoráveis ao projeto, achamos altamente positivo que este projeto tenha vindo. A Receita Federal, Ver. Nedel, só judicializa ações de cobrança tributária com valores acima de R\$ 21,7 mil...

(Aparte antirregimental.)

O SR. ADELI SELL: Era dez. Não se cobra dívida tributária de menos de mil reais em nível federal. Aqui em Porto Alegre, tem o Decreto nº 14.941, que diz que as parcelas, para serem cobradas em até 36 vezes, não podem ser inferiores a R\$ 30,00 para pessoas físicas e a R\$ 100,00 para pessoas jurídicas. Isso é para mostrar que deve haver um valor mínimo, senão não vale a pena, porque o custo de cobrança, assim como o custo de uma judicialização, não é de graça. Então, eu me inclino a defender a proposição da bancada do PSOL de até três salários mínimos, porque eu acho que isso é praticamente o que o Município já faz, ou deveria fazer, porque isso dá menos de R\$ 3 mil. Eu creio, inclusive, que é um valor bem razoável, porque, pelo que eu vejo de

custas judiciais, algo abaixo de R\$ 5 mil não vale a pena, o gasto é superior. Eu queria chamar atenção, Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, de que, provavelmente, a Prefeitura até já faça isso que está sendo posto pela emenda dos três companheiros do PSOL, porque não tem cabimento cobrar uma ninharia, você gasta mais dinheiro judicializando. Nós temos que cobrar quem deve acima de R\$ 5 mil, R\$ 10 mil, R\$ 30 mil. Tem gente devendo muito dinheiro! Nós temos aqui uma CPI das teles, nós estamos lidando com a Oi, que deve R\$ 20 bilhões. Vinte bilhões de reais! Nós temos gente devendo até a raiz dos cabelos para esta Prefeitura, e não é o pequeno. O pequeno se mexe, vai e paga, porque ele quer estar em dia, não quer ser surpreendido. Nós somos daqueles que acham que nisso, sim, o Estado tem que ser mais ativo, não podemos dar benesses para um mau empreendedor, um mau investidor, que fica guardando um terreno, uma edificação sem alugar, porque quer receber um aluguel mínimo de tanto, aí fica fechado, fechado, fechado... E não funciona! Eu já falei dos terrenos abandonados, dos prédios abandonados. Aqui tem advogados, juristas, professores, eles sabem que está no Código Civil a possibilidade de se fazer o que eu disse há pouco aqui. Eu me inclino pela proposição, Robaina, da sua bancada, acho que ela é justa, sensata, mas gostaria de ouvir o Ver. Airto Ferronato, que é sempre atento, que é preocupado com essas questões tributárias, é do ramo e entende do assunto. Esta Câmara tem que debater, tem que chegar a um bom termo, o melhor para a municipalidade, para ajudar a Prefeitura a não perder tempo e cobrar o que tiver que ser cobrado. Nós queremos cobrar o que tiver que ser cobrado. Não somos aqueles de faca na bota, achando que tem que cobrar qualquer ninharia, qualquer 30 pilas. Não é disso que se trata. Nós somos pela justiça fiscal e tributária. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; depois da provocação do Ver. Adeli Sell, eu venho trazer uma posição e uma manifestação a respeito do tema. Nós estamos viabilizando o protesto de devedores com dívidas com a Prefeitura de Porto Alegre. O projeto é bom e vamos votar favorável.

O Ver. Adeli Sell me ajuda numa manifestação com relação à emenda, que é interessante. Acontece que o próprio Código Tributário Nacional, Lei Complementar Federal que estabelece e define as regras de tributação para todo o País, já define que – para as receitas federal, estadual e municipal, sai todo ano um decreto – pequenos valores até “x” reais estão dispensados de protesto e cobrança, inclusive, judicial. Portanto, a nossa inclinação é votar favorável ao projeto e contra a emenda, no sentido de que já existe, em nível de direito tributário, uma norma que diz que, para pequenos valores, não é necessária essa cobrança. Nós compreendemos que as pessoas que

ganham remuneração de até três salários mínimos, necessariamente, estão com um pequeno débito, salvo raras exceções. É isso, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/17.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Presidente, Srs. Vereadores, colegas presentes nas galerias; quero apenas, de público, dizer que, obviamente, vamos votar “sim” pelo projeto e, após ouvirmos os Pares que me antecederam, votaremos “não” na questão da emenda. Entramos, neste momento, em contato com os servidores da Fazenda, com o Secretário Leonardo Busatto, que, prontamente, nos enviou o projeto. Eu gostaria que o Ver. Roberto Robaina atentasse que há um projeto que será apresentado, na sexta-feira, ao Secretário da Fazenda, a pedido do Prefeito Marchezan. Haverá uma publicidade, e nós teremos um Cadin municipal com todos os devedores. É um documento que pode ser acessado nas redes sociais pela internet. Então, há um projeto que, sexta-feira, será apresentado internamente na Secretaria, do Cadin municipal, com todos os devedores, dívidas ativas. Mesmo assim, estão tentando localizar. E, mesmo que não encontrem o pedido formal dos dez maiores devedores, já estão providenciando a resposta para ainda hoje à tarde. Era o que constava, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; todos nós temos pressa de votar, mas eu fico muito preocupado. Eu tenho certeza de que virá para esta Casa um Refis. Eu sempre digo que o Refis não é para beneficiar os maus pagadores em detrimento de quem pagou. Ao contrário, isso é para quem pagou imposto fazer com que os outros paguem de uma maneira ou de outra, mesmo que seja em 80 vezes. Eu tenho certeza de que virá isso para cá.

Eu acho que é muito simpática a emenda da Ver.^a Fernanda – acho que é do PSOL como um todo, não é? –, é muito simpática, eu acho que é social também. Mas eu acho que, quando compra na C&A, na Renner, até na telefônica, quando atrasa R\$ 20, vai para o Cadin, vai para o SPC. E essas pessoas enchem o saco no fim de semana dessas pessoas mais pobres que não conseguiram pagar. Não conseguiram pagar, e nós não temos como dizer: “Olha, esses que ganham menos não podem ir para o Cadin.” Eu acho que, se o cara deve uma vez, duas vezes, dois meses, três meses... Mas tem gente que ganha pouco e não paga nunca nada. Eu acho que tem que dar uma diferenciada nisso. Tem a inadimplência e a inadimplência. Eu não sei como poderia fazer, quem

sabe dizer “até seis meses”, “até a pessoa arrumar um emprego”, uma coisa assim, mas não dá para deixar a *long-play*. Tem muita gente que compra no nome da avó e deixa a avó no Cadin e não paga, ou deixa a avó... Não é isso, Ver. Janta? Compra em nome do cunhado, que aí não é tão pecado, mas deixa ir pro Cadin. Então, acho que é a isso temos que nos ater, nesse pequeno detalhe de as pessoas se aproveitarem da boa-fé, se aproveitarem daqueles que ganham menos para não pagar. Era só essa a observação que eu queria fazer.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 003/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 003/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Aprego memorando de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião com o Deputado italiano Fabio Porta junto ao Parlamento italiano, em Roma, no dia 5 de julho de 2017.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. 1848/17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/17, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. Nelson Marchezan Júnior, a ausentar-se do País do dia 02 de julho ao dia 09 de julho de 2017, para viajar a Nice e Paris, na França.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PDL nº 002/17, da Comissão de Constituição e Justiça, que concede ao Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. Nelson Marchezan, licença para viajar a Nice e Paris, na França, de 2 a 9 de julho de 2017. (Pausa.)

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver.^a Sofia Cavedon, não faz referência aos custos, então, naturalmente, deve haver custos para a Prefeitura.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PDL nº 002/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, nós nunca impedimos Prefeito de viajar nem é essa a intenção. Eu apenas quero aproveitar o ensejo, porque acho que todos os senhores e senhoras viram o decreto, estou tentando localizar no meu celular o decreto que o Prefeito publicou no seu Facebook na sexta-feira, não sei se todos tomaram conhecimento. É uma brincadeira. Em termos jocosos, o Prefeito decretava que, no fim de semana, os funcionários municipais podiam fazer greve, que não tinha problema, quero ver se localizo para ler para Vossas Excelências, não sei se algum Vereador leu. Qual é o problema? Não é uma questão de que o Prefeito não possa ser divertido. O problema todo é que a Cidade está vivendo situações gravíssimas...

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: O tema é a viagem do Prefeito sim, e o Prefeito da cidade de Porto Alegre não leva a sério a sua Cidade, é disso que quero falar. Ele vai para a França, nós sabemos, participar... Muitas vezes, Prefeitos vão e abrem espaços de divulgação da cidade, de negociação de convênios, de construção de conhecimentos novos, acho que isso não é um problema para a cidade de Porto Alegre, é um investimento, mas a gente precisa exigir seriedade e respeito do Prefeito Municipal. Nós estamos num semestre dramático para o funcionalismo municipal. O funcionalismo municipal está com seus salários congelados. O Mário, dirigente do Simpa, militante, está aqui e me faz sinal que sim. Estão na iminência de terem um aumento de desconto do Previmpa, do seu instituto de previdência, estiveram aqui nesta Casa em vários momentos pedindo ajuda, pedindo apoio. Até este momento, o Prefeito não negociou, Ver. Cecchim, as duas greves nacionais decretadas, tiradas em assembleia. Por que não negociou? O Simpa foi apresentar a negociação, foi deliberação da categoria. A categoria, legitimamente, está lutando para defender o seu direito à aposentadoria, é contrária ao aumento de tempo para aposentadoria, é contrária à mudança de cálculo. Vocês sabem que, se passar essa reforma da previdência, o cálculo sai dos 60 maiores salários para uma média de toda a vida, e isso atinge públicos e privados, o teto... Então, é legítimo que a categoria tenha se somado às lutas nacionais e tenha votado por paralisar. Ora, receberam descontos, receberam descontos referentes a gratificações, e gratificações que pegaram finais de semana, descontos altíssimos, teve funcionário da saúde que teve R\$ 2 mil de desconto no mês passado. Não há mesa de negociação do Governo Municipal com esses servidores, com o Simpa. A saúde, com o drama que está, que falta gente, médicos, enfermeiros para atender, seja nos postos que estão chegando a 24 horas, seja no cotidiano da Cidade. É uma situação dramática na saúde, é uma situação calamitosa na educação, interessa ao Prefeito e ele precisa garantir esses dias letivos, portanto, ele precisa negociar. E é muito perverso fazer caixa sobre o salário dos professores, dos funcionários, dos trabalhadores, Ver. Prof. Alex. Então não dá, gente, para o Prefeito Municipal – eu faço aqui um apelo para a nossa Câmara. Assim como ele chamou os Vereadores de covardes, ele vai para o Facebook e debocha dos trabalhadores, diz que eles podem fazer greve no fim de semana. O nosso Prefeito tem que saber que dói demais, que, lá na Escola Pessoa de

Brum, na sexta-feira, 20 professores estavam em licença por abalo emocional por tiroteio durante uma semana inteira.

(Aparte antirregimental do Ver. Cláudio Janta.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Janta, é uma sensibilização que eu faço aqui nesta tribuna...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Sei que é incomodativo, mas eu exijo respeito tanto sobre a minha fala, quanto para os colegas municipais e municipais. Por favor, Sr. Prefeito Municipal, abra uma mesa de negociação, trate os funcionários como trabalhadores de primeira linha. O Ver. Janta é sindicalista, sabe que isso é necessário, sabe que muitas categorias negociaram o dia de paralisação, sabe que o direito à luta é direito de todos a partir da decisão do sindicato. Então, aprovamos a viagem do Prefeito com estas restrições: respeite o funcionário municipal e a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PDL nº 002/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; eu acho que discutir uma viagem do Prefeito neste plenário é desnecessário, levando-se em conta como começou a discussão, e por quem, e por qual partido, os aviões ficavam entupidos, Ver. Dr. Thiago, de Brasília para França, quando era o Hollande, aquele incompetente daquele presidente holandês...

(Aparte antirregimental.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Holandês, eu falei? Não importa, ele não foi presidente de nada, era da França, mas era tão fraco que podia ser de qualquer republiqueta. Esse afundou a França, tanto como a Dilma, o Brasil. Então, acho que é desnecessário falar. Eu acho que falar sobre se as obras estão andando, se não estão andando, se a administração está boa ou não é um direito de todos os Vereadores, particularmente da Ver.^a Sofia, podem discutir. Agora, o que eu acho que não dá para discutir aqui é um pedido formal do Prefeito para se ausentar para ir até a França. Eu acho que tem que ir sim e, certamente, não precisa fazer um congresso de direita ou de esquerda, é o Prefeito de Porto Alegre que está indo e não vai de férias. Uma discussão

dessas é desnecessária. E eu estou fazendo aqui mais uma constatação e um pedido: que não se discutam esses assuntos, porque a prestação de contas sempre é feita, e aí sim, Ver. Wambert, eu tenho de certeza que uma viagem do Prefeito de Porto Alegre à França traz muito mais benefícios do que pequenos gastos que se façam até lá. Por isso, existe o Vice-Prefeito; por isso, existem os Secretários; por isso, existem os funcionários públicos, para a Prefeitura não parar. Ela não vai parar na ausência do Sr. Prefeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PDL nº 002/17.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu vou destoar um pouquinho, só um pouquinho do Ver. Idenir Cecchim, porque eu acho que o Parlamento é a Casa do debate. Tudo pode ser debatido, mas há debates que nos envergonham. Eu não censuraria nenhum colega nesta tribuna, porque a liberdade de expressão é da natureza da democracia e do Parlamento, mas quero dizer, para quem está assistindo em casa, que eu me envergonho de um Parlamento estar discutindo um tema como este, que é a viagem do Prefeito de uma Capital, como Porto Alegre, que vai estar na França divulgando a nossa Cidade e trazendo muitos aportes para a sua gestão no Município. Eu não defendo a censura de um Vereador, mas como isto aqui é um Parlamento, eu quero fazer o contraponto da minha vergonha de estar gastando o dinheiro do contribuinte com esta discussão, esta discussão pequena, esta discussão medíocre, esta discussão que apequena a Cidade, que é discutir se o nosso Prefeito pode ou não ir à França. Quero dizer aos meus eleitores que eu, como Vereador de Porto Alegre, estou absolutamente envergonhado com este debate na Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PDL nº 002/17.

O SR. ADELI SELL: Presidente, certa feita, num passado não muito distante, o Alcaide era outro, o saudoso e falecido João Verle, e se abriu aqui uma discussão sobre uma viagem, casualmente, para a França. Os prefeitos têm que viajar, os prefeitos devem viajar, assim como os prefeitos têm que escutar, respeitar e trabalhar. Nós queremos, na volta – e espero que tenhamos –, um bom retorno, com boas ideias, com mais conversa, com mais diálogo e com um conjunto de ações amarradas com o Velho Mundo, ainda mais que o Prefeito vai passar pela Cidade Luz, e nós precisamos de luz. Nesta Cidade, nós precisamos de luz! Nós estamos num momento de atraso, é preciso ter uma frente de pessoas que queira trabalhar pela Cidade, juntar forças, energias, mas são pessoas que querem ser escutadas, que querem

dizer o que se pode fazer e como se pode fazer de forma mais fácil, mas tranquila, mais serena, dando coesão a essa forte energia que a gente vê palpitando nas ruas, nas praças de nossa Cidade. Eu já disse anteriormente: puxa, por que a gente se enfurna tanto nessa internet, nessas redes sociais, por que tanto confronto, Moisés, por quê? Matheus, precisamos – lembro da sua primeira fala aqui – de diálogo, conversa, escuta, unidade, força, ir para a rua para resolver os problemas da falta de água no Morro da Polícia, para resolver o problema das enxurradas, para resolver o problema das bombas do DEP, que a incompetência afundou, para resolver o problema dos moradores de rua, para enfrentar, com mais feiras de empregabilidade, como discutimos na semana passada, Camozzato, com o Secretário Ricardo Gomes, que nos prometeu fazer mais uma. Nós precisamos limpar o terreno em tudo, inclusive aqui estamos tentando tirar algumas leis que impedem o desenvolvimento econômico e social da Cidade. Aqui queremos fazer leis que joguem luz sobre essas leis arcaicas, retrógradas, atrasadas, mas para isso tem que ter debate. Tem gente que foge de debate. Aqui ninguém é vampiro para fugir de cruz, de alho. Aqui, como disse o Wambert, nosso colega, é o palco dos debates, aqui é o Parlamento. Aqui se debate, aqui se discute, aqui se faz, aqui se paga pelo que a gente vota, Ver. Pujol, se paga o preço da política, se paga o preço da relação institucional com a Cidade. É por isso que, nesta segunda-feira, nós vamos votar coisas importantes; já votamos coisas importantes, como essa questão que nós acabamos de aprovar.

Eu não queria estar discutindo este tema aqui, eu sabia que ia dar debate. Não tenho uma bola de cristal, Presidente, mas eu sei um pouco do que se passa na cabeça do porto-alegrense, que não pode deixar de fazer Gre-Nal. A gente devia estar todo mundo torcendo hoje pelo Zequinha, tentando reviver o Renner, afinal de contas, não podemos ser só dois times, ter só duas visões. Porto Alegre é múltipla, foi no passado, é no presente, terá que ser no futuro. Por isso, viaje, Prefeito, traga boas coisas para Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PDL nº 002/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1309/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/17, que altera o inc. I e os §§3º, 5º e 6º do art. 5º, as als. b e c do inc. I, renumera o parágrafo único para §1º e inclui o §2º no art. 9º, todos da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA), disciplina o

Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre e dá outras providências e revoga o §2º do art. 3º da Lei Complementar nº 762, de 12 de junho de 2015, que dispõe sobre o Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento Previdenciário. (Redução/ taxa de administração – 2% para 1,5%.)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 03-07-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCE nº 002/17. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou ser rápido, até porque nós fizemos uma audiência com o Simpa em relação a essa questão. E, nessa oportunidade, a entidade não fez nenhuma objeção sobre essa mudança de tarifa ou de alíquota de 2 para 1,5%, ou seja, os próprios funcionários acordaram que isso não prejudicará o Previmpa. Portanto, para ser breve, Líder Janta, quero dizer que a comissão ouviu e está de acordo. Peço aos demais Vereadores que acompanhem esse raciocínio, porque foi assim acordado com a instituição representativa dos funcionários, que entendem que isso não vai implicar nenhuma questão prejudicial ao Previmpa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLCE nº 002/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 001/17.

Aprego Substitutivo nº 01, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, ao PLE nº 003/17.

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada da Indicação nº 034/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1304/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/17, que dispõe sobre o reconhecimento de dívidas consolidadas referentes às despesas de exercícios anteriores.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Mensagem Retificativa.

Observações:

- Com Mensagem Retificativa;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 113 da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 26-06-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLE nº 001/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 001/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é impressionante que nós estamos agora discutindo um conjunto de projetos do Executivo, e ouço pouco a voz de quem é base do Governo. Antes nós votamos, impulsionamos o debate da aprovação de alguns projetos, projetos que já vêm tarde, porque, agora, sim, nós vamos ter uma legislação a partir da qual nós podemos cobrar um calendário de explicações de como está essa negociação e esse calendário efetivo do reconhecimento e da consideração das dívidas referentes às despesas de exercícios anteriores. Não podemos ficar apenas, Ver. João Carlos Nedel – sempre atento na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento –, com as notícias da imprensa! A Câmara tem que ser informada, saber qual é o conjunto das dívidas. Seria bom verificar e a que gente pudesse debater por que não foram pagas no exercício anterior, por que houve tanto atraso. Mas nós também queremos discutir, Ver. Ferronato, a diferença entre alguém que tem uma pequena parcela para receber, e alguém que tem uma grande parcela para receber. O pequeno, Ver.^a Fernanda, que não recebeu um pagamento, se atrasar demais ou jogar lá para as calendas gregas, quebra. Quebra! Quantas pequenas empresas – não só pequenas – estão atualmente em recuperação judicial? Quantas não foram para falência e quebraram? Nós temos que ter essa preocupação.

Nós estamos aqui para impulsionar, para votar hoje. Seria bom que todos votássemos “sim” para fazer escalonamento, para pagar, mas nós temos que ser informados! Nós não podemos ser surpreendidos um dia com o discurso de que teremos de aceitar o que é inaceitável: postergação de pagamento de salário de servidor, fatiamento, pagamento de pequenas parcelas. Aí quebra, aí, quem vai para recuperação pessoal e para falência pessoal é o cidadão, é o servidor em primeiro lugar. E aí a economia não anda.

Eu sempre fazia um debate aqui, Ver. Camozzato, dizendo que eu achava que os governos tinham que fazer de tudo para pagar os precatórios, negociar os precatórios, para pagar dívida, para fazer isso, para fazer aquilo, porque isso gira a economia, isso aquece a economia. Aí eu ouço um discurso eloquente, liberal, mas que de liberal não tem nada, absolutamente nada, que não pensa a economia. Eu já vi alguns bons liberais na economia defenderem teses que estão muito próximas das políticas de desenvolvimento, das políticas desenvolvimentistas, porque querem fazer a economia caminhar. Porque, se a economia não caminhar – e não me venha o Presidente da República dizer que a inflação vai ficar em 4,5% –, ora, ninguém compra! É óbvio que a inflação vai ficar em 4,5%. Essa façanha qualquer um faz, até os incompetentes fazem! Nós temos que pensar diferente, nós temos que fazer com que tenha critério e que as pessoas tenham segurança jurídica.

Ver. Moisés, se aprovarmos aqui, for feito um escalonamento e for dito que vai ser pago no dia 1º de setembro deste ano, ou no dia 1º de fevereiro do ano que vem, o cara tem que saber que vai receber, porque tem que ter planejamento, senão as pessoas não podem fazer negócios ou assumir dívidas, por exemplo. Freitas, Alvoni, é assim que tem que funcionar a sociedade, é assim que tem que funcionar a economia. Como é que as pessoas vão poder agir, se elas não têm essa segurança jurídica? Por isso que somos favoráveis a que se aprove este projeto. Espero que a turma do Governo fale.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLE nº 001/17.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 001/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; é muito simples: as duas emendas por nós apresentadas, apesar de uma delas aparentar ser muito grande, é mera substituição de números, com grandes efeitos. Ocorre que, na proposta originária e na Mensagem Retificativa, que agora é alterada com essas emendas, eram previstos pagamentos que se estenderiam até 60 meses. Nós dialogamos com o Governo e demonstramos que 60 meses era um exagero, se estenderia além do período de duração do Governo, e que, obviamente, isso não corresponderia aos objetivos saneadores anunciados pelo Secretário da Fazenda, representando o Governo Marchezan. A nossa proposta é muito simples: estabelece que naquelas categorias em que o pagamento era previsto para ser realizado em 18 meses,

ou melhor, em 12 meses... Quando são 18 meses, o pagamento é antecipado para 12 meses; quando são 24, é antecipado para 18; quando são 36, é antecipado para 24; quando são 48, é antecipado para 36, assim por diante. E o último parágrafo diz: “Os credores interessados incluídos na categoria 6 que aderirem ao plano de pagamento constante do art. 3º desta lei terão seus créditos pagos em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira delas com vencimento em janeiro de 2018.” Isso substitui, Ver.^a Sofia, no projeto original e na Mensagem Retificativa, os 60 meses que eram concedidos, fica tudo dentro do Governo do Marchezan, para quem não se transfira a responsabilidade para outra Administração e assim indefinidamente, cada um que chega vai transferido para o outro. Todo esse esforço fica concentrado nesta Administração. Nos casos previstos de 42 meses, 44 ou 48 meses, passa para 30 meses. Quando eram previstos 36 meses, baixa para 24 e assim por diante.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Pujol, eu quero dizer que a emenda de V. Exa. é a condição determinante do meu voto favorável a esse projeto, convencido que fui também pelos Vereadores de minha bancada, em especial pelo Ver. Mendes Ribeiro. Eu tendia a votar negativamente, achava que transferir para outro governo era incoerente com o próprio discurso do Prefeito no início da sua gestão. A emenda de V. Exa. corrige esse vício, determina que tudo fique dentro deste Governo, vai ao encontro do que o próprio Prefeito havia assumido como compromisso, e me parece que, por essa razão, é cheia de méritos. Quero lhe dizer que ela é determinante para que eu vote favoravelmente ao projeto que ora está em apreciação.

O SR. REGINALDO PUJOL: Perfeito. Agradeço o aparte e esclareço que esta emenda tem exatamente este objetivo: fazer com que, se anunciada a disposição de honrar os compromissos anteriores, que isso seja realizado e efetivado dentro da Administração Marchezan. E uma segunda emenda, tão simples ou mais do que essa, estabelece o que eu acho que seria absolutamente razoável: os credores interessados poderão compensar as dívidas, via tributo, principalmente com IPTU, ISSQN e ITBI. É lógico que, se a pessoa é devedora de um imposto para o Município e, ao mesmo tempo, é credora, pode compensar um valor com o outro. Pode ser que, com a pressa que leu esta emenda, o Ver. Janta, não veja com a clareza que eu acho que seria necessária. Nada prejudica, o objetivo está confessado aqui da tribuna e será obviamente objeto de adequação, de correções, quando da Redação Final, como é tradição na Casa. A CCJ é suficientemente capaz de produzir essas adequações. As duas emendas têm essas características de ajustar, dentro dos objetivos da Administração, a honra dos compromissos de débitos atrasados e reconhecidos até 31 de dezembro do ano que findou dentro destes três anos, que, a partir de 1º de janeiro restam à Administração...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Presidente, o Governo dá acordo à Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 001/17, e à Emenda nº 01 ao PLE nº 001/17, todas de autoria do Ver. Reginaldo Pujol.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 001/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; eu, inicialmente, conforme colocou o meu colega de bancada Ver. Nagelstein, tinha o entendimento de que votaria contrariamente a este projeto da maneira como ele foi apresentado. Acho que a emenda protocolada pelo Ver. Pujol corrige essas distorções num aspecto fundamental, que é o de não comprometer receitas de um governo futuro, de um exercício futuro. As emendas corrigem essa distorção.

Eu quero aproveitar a discussão deste projeto para dizer que há uma reclamação premente de muitos fornecedores de diferentes áreas da Prefeitura – que, até agora, na nossa avaliação, o Governo não explicou –, no que se refere a serviços e a outras contratações, de que a ordem cronológica estabelecida pela Lei de Licitações, Lei nº 8.666/93, não foi respeitada em alguns pagamentos.

Também não vi na Exposição de Motivos do projeto do Poder Executivo, uma vez que haverá um plano de negociações sobre todos os débitos, o impacto financeiro que dele pode decorrer, Ver. Janta. Mesmo que aqui se aprove uma lei para consolidar o plano de negociação, muitas ações judiciais vão surgir em função disso, porque alguns fornecedores, não satisfeitos com o que estiver estabelecido no plano, vão recorrer ao Poder Judiciário para essa finalidade. Recorri a algumas opiniões técnica inclusive de servidores públicos municipais que têm a formação adequada para subsidiar a nossa opinião. Vou colocar o que diz a opinião técnica que buscamos: “Ainda que não se admita no projeto de lei, haverá impacto financeiro relacionado às negociações. No § 2º do art. 3º do projeto, há previsão de demandas judiciais ajuizadas em virtude do próprio projeto. Muitos fornecedores se mostrarão descontentes, ou poderão se demonstrar, e ingressarão judicialmente, para receber os recursos de acordo com os seus respectivos contratos. O projeto de lei deveria, ainda que por mera estimativa, apresentar os custos relacionados às demandas tais como: correção monetária, juros, honorários sucumbenciais, custas processuais, entre outros. Apenas a título de honorários de sucumbência, por exemplo, seriam pagos até 20% do valor corrigido do débito, além das custas processuais de cerca de 2%.” Então, é importante considerar isso. Mas como eu não estou na linha do “quanto pior, melhor”, eu vou votar a favor do projeto, em função das emendas que corrigem alguns problemas, principalmente aqueles que jogavam para exercícios futuros. Mas este é um cheque em branco que estamos dando para o Governo, porque o Governo, até pela regra do direito administrativo, não deveria legislar sobre isso. O gestor público tem um poder vinculado sobre seguir as leis à risca, atender ao princípio da legalidade e tem o poder discricionário. É no exercício do poder discricionário que ele poderia fazer uma

negociação, analisando, caso a caso, os débitos que têm maior prioridade, que têm mais urgência de serem quitados.

Meu voto será favorável, condicionado à aprovação das emendas apresentadas pelo Ver. Pujol, porque também respeitam aquilo que é dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Espero que o Governo, Ver. Janta, possa também apresentar a esta Casa, seja na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, ou aos Vereadores, esta observação técnica: “Os débitos que vão também decorrer dessas negociações e o risco que se assume de o Poder Público também gastar naqueles processos que forem ajuizados por determinados fornecedores”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 001/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, quero saudar a emenda, Ver. Pujol: redução do tempo, responsabilidade nestes quatro anos. Com certeza, a nossa bancada votará junto. Quero só usar este tempo para lembrar V. Exas. que acabamos de votar um projeto que angariou recursos para o Município de Porto Alegre, porque a taxa de administração do Previmpa, que nós estamos reduzindo de 2% para 1,5%, é depositada todo mês. Claro, no final, volta para o Município, ou desconta do que o Município tem que colocar no Previmpa, mas é só no final do ano. Então, a partir de agora já reduz o repasse que o Município tem que fazer e que caberá no montante... Daria para dizer que quase R\$ 4 milhões/mês seriam de repasse, e vão reduzir quase que pela metade. Portanto, o Município acabará passando ao Previmpa, em vez de quase R\$ 50 milhões, R\$ 36,8 milhões, parceladamente, ou seja, deixará de passar num projeto que nós recém votamos. Significa que oposição está atenta, de boa vontade e apoiando, Ver. Janta, todos os projetos; e este projeto, a categoria municipal, o Simpa, o Previmpa consideram uma contribuição importante a dar neste momento de crise. Portanto viabiliza, sim, que se paguem contas atrasadas, e uma delas, que eu chamo atenção, é com os artistas. Nós temos artistas que fizeram trabalho para a Prefeitura, descentralização – está aqui o nosso colega que trabalhou muito com a descentralização, o Maricato, que o Pujol conhece bem –, é gente que recebe pouquíssimo recurso, e ainda a Prefeitura não pagou, está há um ano atrasada, são espetáculos de teatro feitos na periferia. É muito importante que o Município comece a pagar, a pagar pelos pequenos e para logo, principalmente a cultura, que vive desses poucos recursos.

Eu quero dizer que estamos poupando recursos, agora estamos concordando com esse parcelamento, não tão logo como o Governo gostaria, e estamos interessados – brinquei com o Ver. Mendes – em resolver outros projetos, tipo o da Procempa, que são projetos que reduzem custos. Então, todas as iniciativas que angariam recursos para o Município, que incrementem receitas, que venham fazer justiça fiscal nós estamos apoiando. E essa, quero registrar, é uma contribuição do projeto anterior dos municipais, a redução da alíquota da taxa de administração, um recurso bem

importante que vai viabilizar o pagamento, eu espero, dos pequenos que fizeram trabalhos, em especial na cultura, para a Prefeitura de Porto Alegre, que vivem e sobrevivem desse pequeno recurso. A gente espera que a Prefeitura possa fazer bom uso desse recurso. Quando fazíamos a discussão sobre a viagem do Prefeito, em nenhum momento nos colocamos contrários. Acho que, se a gente faz algumas brincadeiras no plenário, nesta tribuna todos os temas são muitos sérios. Ninguém gasta tempo aqui em coisas que não são graves, gravíssimas. E a Cidade dever para a cultura é grave. E há uma contribuição dos municipais. Por quê? Porque na quarta-feira nós vamos discutir a alíquota e aí nós vamos aqui dizer que não dá para confiscar salário, porque nós podemos contribuir em muitas dimensões, mas não retirando salário do servidor que já está sendo arrojado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 001/17. (Pausa) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 30 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 001/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 30 votos **SIM** e 02 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Mensagem Retificativa nº 02 ao PLE nº 001/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 29 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 01 ao PLE nº 001/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 31 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLE nº 001/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito, a pedido do Ver. Paulo Brum, o adiamento da discussão do PLL nº 025/15 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Luciano Marcantônio. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 130/17 – (Proc. nº 1657/17 – Ver. Prof. Alex Fraga) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Pública.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 130/17. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 067/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com os votos contrários da Ver.^a Fernanda Melchionna e da Ver.^a Sofia Cavedon.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0760/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 067/17, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao general de exército Sergio Westphalen Etchegoyen.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 31-05-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 067/17. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 067/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu venho à tribuna publicizar um debate que nós já levamos à reunião de Mesa e Lideranças. Com muita honestidade e tranquilidade na forma de fazer o debate político, nós anunciamos, na reunião de Mesa e Lideranças, que não votaríamos a favor desse título e explicamos, porque já estava em discussão, Ver. Cláudio Janta, há mais de um mês. Conseguiu-se retirar da votação dar um título de cidadão para alguém que claramente defendeu a ditadura militar, que combateu a Comissão Nacional da Verdade, que foi criada como uma das poucas...

Aliás, só o início da justiça de transição, diferente de outros países do mundo, como Uruguai e Argentina, que fizeram justiça de transição e julgaram crimes contra a humanidade, o Brasil não fez. O Brasil apenas fez uma Comissão Nacional da Verdade para arrolar os fatos relativos à tortura, à violência, a assassinatos durante a ditadura civil militar. Mesmo a Comissão Nacional da Verdade foi criticada por esse general. O Ver. Roberto Robaina, inclusive, iniciou esse debate aqui na Câmara de Vereadores durante a semana em que entrou em discussão esse título.

Depois, tem o tema da segurança nacional. Foi um escândalo aquele decreto feito chamando as Forças Armadas para fazer parte da segurança em Brasília; e, obviamente, mais uma vez, teve nesse general um dos seus mentores. Foi um absurdo! Em 24 de maio, depois do protesto das centrais sindicais em Brasília, que juntou milhares de trabalhadores contra as reformas neoliberais, reforma trabalhista e reforma da previdência, houve, então, esse decreto, que foi editado e que chamou as Forças Armadas para fazerem a segurança em Brasília. Foi um escândalo, uma coisa que não ocorria há muito tempo e que, de fato, remonta, sim, a discussão absurda do que se viveu nos anos de chumbo no Brasil contra os movimentos. Nós, por óbvio, fizemos a crítica naquele momento.

O terceiro elemento é que, quando a gente dá um título de cidadão de Porto Alegre, deve-se perguntar qual a contribuição relevante de quem está sendo homenageado para a Cidade. Prestou serviço em defesa da educação? Prestou serviço nacional em defesa da saúde, em defesa da assistência social, em promoção de direitos, que é um trabalho reconhecidamente nacional e que merece ter esse reconhecimento máximo da cidade de Porto Alegre? Não é o caso de um defensor da ditadura militar, de um defensor da supressão das liberdades democráticas durante 21 anos na história brasileira, o que significou centenas de mortos, torturados e assassinados. Não é o caso da supressão e do silêncio dos fuzis quando se calaram as entidades democráticas, os sindicatos e a possibilidade de auto-organização da classe trabalhadora; nós não achamos que mereça ser homenageado e que mereça os 24 votos dos Pares, das Vereadoras e dos Vereadores. Com essa tranquilidade, venho trazer a nossa posição à tribuna, a mesma que nós levamos na Mesa de Lideranças, esperando que a Ver.^a Mônica não trouxesse a plenário e, de fato, não fosse votado, na tarde de hoje, esse título a alguém que não merece essa honraria da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Portanto, nós do PSOL votaremos contra o título, mas ainda temos a esperança de que vários Vereadores e Vereadoras nos acompanhem nesse voto, e que a Câmara não conceda essa homenagem na tarde de hoje.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 067/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero contar brevemente aqui, o que acontece muitas vezes, durante as legislaturas. Certo dia, na legislatura passada, todos os Vereadores, inclusive do PSOL e do PT, foram convidados para fazermos uma visita, em Santa Maria, a um dos quartéis do nosso País, responsável pela defesa da soberania nacional, obviamente, dos mais qualificados, porque lá estão os jipes Leopard, que o Governo brasileiro comprou da Alemanha. A Força Aérea Brasileira, nossa Aeronáutica, nos disponibilizou um ônibus, que veio aqui e, com muita educação, com muita fidalguia, nos buscar. Nós fomos levados à base aérea de Canoas, recebidos, de novo, com muita educação, com muita fidalguia pelo comando da base aérea de Canoas. Em seguida, embarcamos num avião da Força Aérea Brasileira, fomos até Santa Maria e lá fomos recebidos na base aérea de lá. Houve uma apresentação a respeito da força aérea, dos meios que tem lá para a defesa da soberania do espaço aéreo brasileiro, inclusive da questão dos VANTs, que são veículos aéreos não tripulados, que é uma nova tecnologia. Vi, na semana passada, a Aeronáutica começar a lutar contra o tráfico internacional de drogas, que é muito importante, é fundamental, pois a droga está corroendo a nossa juventude brasileira. Há as cracolândias, a céu aberto. E certas vertentes políticas falando que não se deve fazer nada, que é um direito da pessoa ficar lá consumindo droga, desagregando famílias, destruindo o tecido social brasileiro.

A Aeronáutica, as Forças Armadas – é importante dizer – nos apresentaram isto: um dispositivo de altíssima tecnologia, que são esses veículos aéreos não tripulados. Saímos dali e fomos para um quartel, que não lembro o nome, Ver. Tarciso, onde nos apresentaram também o que há de último grito em tecnologia militar, para defesa da soberania do nosso País, e para dar aos jovens, que são incorporados ao serviço militar, valores que, via de regra, aqui fora, infelizmente, a sociedade já não tem mais. Eu gostaria até de dizer para vocês que muito mais jovens pudessem servir no quartel, para aprender. E não estou aqui confundindo com ditadura, nada disso. Acho que isso foi uma página que a história registra, está lá, teve as suas circunstâncias, a sociedade brasileira se dividiu. E vou falar mais uma vez aqui: houve um comício na Central do Brasil num dia que botou 400 mil pessoas, estava lá no Governo do nosso Presidente Jango, e, na semana seguinte, houve uma manifestação em São Paulo com 1,5 milhão de pessoas. Então, naquela quadra histórica a sociedade brasileira estava dividida em duas perspectivas, mas aquilo sequer pertence a mim, não é da minha geração. O compromisso da minha geração é com outro Brasil, graças a Deus! É o Brasil do futuro, da redemocratização, e para mim, ainda nesse capítulo que a Ver.^a Fernanda trouxe aqui à baila, anistia é anistia.

E agora o STF está discutindo a questão da delação, mas alguém vai lá e faz uma delação, na semana seguinte não vale mais a delação? Então, não vale mais. Anistia era anistia, porque houve violência, exacerbação dos dois lados, infelizmente, num momento histórico – volto a dizer – a gente tem que superar. Mas isso não tem nada a ver com o General Etchegoyen, que é uma pessoa que nos recebeu lá com educação, que nos apresentou todo aquele quartel, que tem milhares de jovens que estavam lá, que construiu uma carreira dentro das Forças Armadas. Eu não compreendo

por que e rogo para que a nossa extrema esquerda aqui supere esses problemas com as Forças Armadas, porque as Forças Armadas são essenciais em qualquer país. O poder militar e o valor desse poder militar têm que estar desconectado disso. Então, nós queremos desmerecer a figura de um gaúcho, que é Ministro da República, que esteve aqui na semana passada com o Governador, dizendo que quer ajudar, e tem ajudado, na questão da segurança pública, Ver.^a Mônica Leal, e que é uma pessoa correta, séria, íntegra, que é ilibada. Mas só porque ele é militar! Mas que preconceito bobo, gente!...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: ...Incabível nos dias de hoje, sectário! Se foi necessário que se fizesse aquilo, a declaração a um mês do regime constitucional, previsto na Constituição, do uso do poder militar para restabelecimento da garantia e da ordem, é porque a garantia e a ordem foram colocadas em risco naquele momento, por pessoas que, à força, queriam fazer valer as suas razões. Mas não é assim que funciona!

Nosso querido colega Ver. Robaina estava nas redes sociais com uma máscara, parecia aquelas da 2ª Guerra Mundial... Desculpem-me, não sou sensor da vida de ninguém, mas não me parece que seja uma compostura para nós aqui. E se nós esticamos a corda para um lado, a corda estica para o outro. E não é nem nesse capítulo que a gente tem que entrar. Eu acho que é justa, é merecida e não tem nada a ver com ditadura essa homenagem...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 067/17.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu penso que nós não devemos votar essas homenagens com viés ideológico, porque as pessoas não pedem para ser homenageadas – alguém propõe a homenagem. E nesses quase 20 anos que eu estou nesta Casa, nós já oferecemos títulos para os mais variados segmentos ideológicos aqui. E esta Casa já se equivocou em outros títulos. Em 1982, por exemplo, o então Ver. Mendes Ribeiro Filho, pai do nosso colega Mendes, propôs um título aqui para o Falcão, e o Falcão já era o Falcão, e esta Casa negou o título para ele por causa de uma briga ideológica que houve aqui. E depois tiveram que rerepresentar o título para aprová-lo, porque a Casa ficou desmoralizada.

Já concedemos o título aqui, que eu lembro, ao Stedile, líder do MST, votado aqui. Houve uma discussão ideológica muito grande. Lembro que, na época, o

saudoso e sempre Vereador Isaac Ainhorn liberou aqui uma posição contrária, e o Governador Brizola queria expulsá-lo do PDT por causa disso. O brilhante Ver. Clóvis Ilgenfritz concedeu um título para o Nelson Mandela que nem sabia onde era Porto Alegre. O Ver. Clóvis Ilgenfritz foi a Brasília, quando o Mandela veio ao Brasil, para entregar o título, e não chegou nem perto dele. Mais grave ainda: concedemos um título aqui para o Chico Buarque, um projeto de autoria da Ver.^a Maristela Maffei. No dia do seu show, Chico Buarque mandou dizer que não vinha até a Câmara e que se quisessem que fossem até um campo de futebol onde ele jogaria à tarde para ele receber o título. Ainda três ou quatro se prestaram para ir lá – acho que até o Nedel foi, não é? Está lá o Chico Buarque de calção, camiseta, chuteira, todo suado, recebendo um Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre. E assim a gente teve vários títulos aqui que não combinavam ideologicamente comigo, mas sempre votei e voto. Vou repetir: as pessoas não pedem para serem homenageadas, nós é que propomos a homenagem aqui. Então é uma descortesia não aceitar conceber um título, porque não é afinado ideologicamente. Bom, então eu não teria votado aqui em dezenas de títulos, inclusive esses que relatei aqui. Eu, independente do que representa esse general, independente do que se diz contra ele... Eu não estou aqui defendendo general, estou aqui defendendo a instituição da homenagem pela cedência do Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre.

O Sr. Mauro Pinheiro: Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Bosco Vaz, normalmente, o pessoal diz que da tribuna não se convence ninguém. O senhor me convenceu. Votarei favoravelmente.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Muito obrigado. Quero deixar claro aqui que nós, nesse tipo de homenagem, precisamos respeitar o colega que está apresentando. Eu não tenho nenhum problema aqui de votar título para qualquer pessoa que indiquem. Eu não tenho problema nenhum, sou desapegado dessas questões ideológicas para homenagens – sou! Por exemplo, eu não penso como a ex-Presidente Dilma pensa, e o Comassetto, então Vereador, deu o título a ela – nós todos votamos aqui! E vários outros políticos aqui, porque as pessoas não pediram. Então, vamos respeitar a proposta que os colegas fazem, independente de questões políticas, Ver. Robaina.

Contem sempre comigo quando oferecerem uma homenagem, porque a questão política não está em jogo neste momento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 067/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. João Bosco, o senhor não me convenceu, porque eu já estava convencido, então estou acompanhando o Ver. Mauro Pinheiro também, não é? Eu acho, sinceramente, que esta Casa tinha uma norma de não se discutir títulos, porque

isso é uma coisa de cada Vereador. Cada Vereador acha que o fulano merece o título. Nem todos nós votamos os títulos que já passaram por aqui, a favor ou contra, porque nós gostamos de quem foi indicado, mas respeitamos a indicação do colega. E título de cidadão se dá para quem achamos importante, sim, por Porto Alegre, pelo Brasil... Eu acho que o Chico Buarque, por exemplo, mesmo ele sendo um petista confesso, ele é um cara que tem música para todos, tem música para o PT, para o PSOL, para o PMDB; a Arena gostava de ouvir a sua música. O Nedel, por exemplo, gostava da música que diz “não afasta de mim esse cálice”, se for um cálice bom, não é, Nedel? Eu quero dizer, Ver.^a Fernanda, que eu votei, e não só votei, vim na solenidade de entrega do título ao Deputado Marcelo Freixo, do Rio de Janeiro; eu não penso nada parecido com este Deputado, nada, mas votei uma proposição – não lembro se foi do Pedro Ruas, acho que foi –, eu votei e vim na solenidade, porque eu respeito quem pensa, mesmo que pense diferente de mim.

Eu acho que, quanto ao Título de Cidadão, nós não podemos confrontar quem é de direita, quem é de esquerda ou quem é de centro. Eu não conheço o General pessoalmente, mas conheço a sua capacidade. Ele foi general do Lula, da Dilma e continua General, porque o Exército não é de um partido, não é da direita, nem da esquerda; o Exército é do Brasil, e os seus oficiais também, e talvez sejam os mais profissionais que eu conheço. Nós temos que respeitar e parar com essa mania de dizer que se é da Brigada Militar é brucutu... Para quê? Por que vamos sempre confrontar quem dá proteção à grande maioria. O General Etchegoyen, certamente no dia em que o nosso colega Robaina estava lá, eu até vi, eles esperaram o Robaina sair da manifestação para chamar a tropa, tiveram uma deferência especial ao Robaina. Esperaram ele sair da manifestação e, de noite, veio a tropa para proteger o patrimônio, que eram os edifícios pegando fogo. Então acho que esse motivo não basta para que não se vote o Título de Cidadão. Ele certamente não pediu para a Ver.^a Mônica o título – não pediu! A Ver.^a Mônica que quis fazer essa homenagem, uma homenagem a um homem importante da República – ele é um homem importante, queiramos nós apoiá-lo ou não na vida política ou na função que ele exerce atualmente. Mas, quando terminar esse Governo, se ele não for para a reserva, ele continuará sendo General do Exército Brasileiro. E nós fizemos tantos elogios ao Exército Brasileiro, quando o homenageamos, aqui do microfone de apartes ou da tribuna. Eu mesmo sempre digo que tenho um pequeno recalque de não ter servido no Exército – eu gostaria de ter servido. E também é minha opinião de que, se a juventude brasileira fosse obrigada a servir no Exército durante um ano, nós teríamos muito menos gente na FEBEM, na FASE, na cadeia, em todos os lugares, porque, certamente, apreenderiam a disciplina militar, que não é só para militares; a disciplina serve para todos nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença da ex-deputada Luciana Genro. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 067/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queria que o tema do Título de Cidadão de Porto Alegre fosse uma questão pequena, corriqueira e, como disse o Ver. João Bosco, que fosse uma certa lógica de conceder um título na medida em que o Vereador o demanda, e, por respeito ao Vereador, a Câmara votar. Eu entendo que como regra essa lógica prevalece e não me oponho a ela. Não vou fazer uma discussão sobre o método que vem sendo adotado na Câmara de Vereadores ao longo dos anos. Eu aceito essa premissa que o Ver. João Bosco Vaz levantava. O problema é que nós estamos numa situação muito excepcional no País. Não é um momento qualquer. Eu poderia me opor, e me oponho, ao general de exército Sérgio Westphalen Etchegoyen, pela posição política que ele tem: não só pela posição política que o pai dele teve nas suas relações com a ditadura militar, não só pela sua posição política como general de exército que não faz e não defende que o nosso Exército, em tese pelo menos, aceite o que ocorreu com milhares de civis e se reconcilie de uma certa forma com a sociedade civil da qual ele foi um interventor. Mas há um momento especial. Por que é um momento especial? Porque ele é o Ministro de Segurança de um Governo corrupto, ilegítimo! Ele é o Chefe de Segurança de um Presidente que é um mafioso! Essa é a posição que nós temos. Então, não é um momento qualquer. É a primeira vez na história do País que nós temos um Presidente da República cujo Procurador da República pede que o Congresso Nacional aprove, pede que o Supremo Tribunal proceda a um julgamento por crime de corrupção. Nós não tivemos esse caso nunca! O Temer é um Presidente com um nível de envolvimento com o crime organizado, com a máfia. E a Câmara de Vereadores votar um Título de Cidadão de Porto Alegre para quem é chefe de segurança desse Presidente, ela não vai estar dando um título qualquer, como sempre fez ao longo de 20 anos. A Câmara de Vereadores vai estar votando, vai estar avalizando um Presidente envolvido com o crime! É isso que nós vamos estar votando aqui. A Ver.^a Mônica Leal, inclusive, deveria – e eu levantei isso para ela – levar isso em consideração. Porque esse sinal que a Ver.^a Mônica Leal está dando não é de apoio a um General do Exército Brasileiro, é de apoio a um Governo corrupto, que o seu partido, aliás, evidentemente, sustenta! Eu pensei que a Ver.^a Mônica Leal não sustentava, ou pelo menos, ela nunca vem na tribuna defender o Governo Temer. Mas defender o seu Ministro de Segurança institucional, ela vem com o argumento de que está defendendo o Exército Brasileiro. Eu tenho convicção de que há muitos generais e oficiais no Brasil que não aceitam esse tipo de posição. Eu sei que aqui tem os Vereadores do PP. O Sr. Nedel sempre faz cara feia quando a esquerda sobe à tribuna, mas o Sr. Nedel não sobe à tribuna para defender o Temer! Talvez tenha vergonha de defender o que o seu partido defende. Eu desafio o Sr. Nedel a subir na tribuna e defender o Temer. Mas essa forma de agir é uma forma de mostrar que estão querendo sustentar esse Governo corrupto. Essa é a política que o PP, em Porto Alegre, está sustentando. Não é à toa que a Ver.^a Mônica Leal veio trazer essa discussão. Portanto, não é uma discussão de sempre, não é uma discussão qualquer, é uma discussão sobre os rumos do País. E os sinais, o simbolismo que a Câmara dos Vereadores dá para a Cidade em relação aos rumos do País. Nós podemos fazer a opção: faz de conta que não é isso, é um título qualquer. Não é um título qualquer, é um

título de respaldo ao Governo, que esse General respalda, porque esse General é Ministro porque quer. Ele é o chefe institucional da segurança do Temer porque quer; ele poderia, se tivesse uma posição real de defesa da segurança institucional do País, pedir demissão, porque o Temer é uma ameaça à segurança institucional do País. Isso é que é o Temer! Um Presidente envolvido com o nível de crime – agora, o seu outro assessor foi preso de novo, o Geddel, da Bahia. Então, a Câmara de Vereadores tem que fazer essa opção. Não é a opção “ah, vou votar porque a Ver.^a Mônica pediu”. Aqui o voto, querendo ou não os Vereadores, é um sinal político! É um sinal político de respaldar o Presidente Temer ou não. Pois é, Bosco, tu dizes que o Temer não, mas o sinal político deste voto é esse. Eu sei que não é a tua intenção, mas o que vai passar para a sociedade infelizmente é essa ideia, uma ideia de respaldo ao Governo Temer, por isso estamos contra esta proposta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 067/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, Ver.^a Mônica, o meu sinal político é votar favorável ao projeto encaminhado por Vossa Excelência. E sem sinalizar a nenhum respaldo a qualquer governo que temos aí. Estamos votando uma proposição de uma Vereadora desta Câmara que apresenta um nome para ser homenageado. E, se a cada apresentação de nomes, nós, aqui na Câmara, pararmos para fazer essa ligação entre o que é a homenagem e o que é o sinal político, meu caro Presidente, com toda certeza, aprovaríamos muito poucos. Por quê? Porque nós acreditamos, Ver. Pujol, que a apresentação de uma proposição, de uma homenagem é uma homenagem que Porto Alegre faz a cidadãos, homens e mulheres, que um dos 36 Vereadores considera que tenha uma história e que mereça o nosso voto favorável.

É claro que vamos respeitar as votações contrárias, agora, na verdade, nós compreendemos que votar favorável simboliza o olhar que Porto Alegre tem àquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, estão com Porto Alegre. Portanto, tenho certeza de que a nossa posição vem de muito longe. Tenho votado favorável porque compreendo que cada Vereador tem um olhar sobre quem merece a homenagem. Portanto, vamos votar favorável também num simbolismo não de esquerda, de direita, de ideologia, de partidarismo, mas ao respeito que eu particularmente tenho ao Exército Brasileiro e às Forças Armadas.

Em todos os lugares temos problemas. Agora, o Exército Brasileiro merece o nosso carinho todo especial e o nosso reconhecimento. Ver.^a Mônica, vamos votar favoravelmente. Aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLL nº 067/17.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, colegas Vereadores e colegas Vereadoras, eu não ia me manifestar em relação a esse debate, mas como ele foi ficando caloroso, eu acho que a homenagem deveria ser individual. O ideal seria que nem precisasse passar aqui pelo plenário. Cada Vereador teria direito a duas ou três homenagens e ponto final. Quem é que esconde que nós nos utilizamos disso como instrumento da política? Eu acho que ninguém deve fazer homenagem para não fazer política ou para homenagear alguém que não tenha referência. Eu me surpreenderia se a Mônica fizesse uma homenagem para a Luciana Genro, por exemplo. A vida é tão dinâmica que a Heloísa Helena, há dez anos, era uma grande política, seguramente nos defendia como uma alternativa para o Brasil, mas hoje não é; hoje talvez nem falássemos aqui da Heloísa Helena. Uma das coisas que me faz respeitar o PSOL como um partido absolutamente legítimo é justamente nessa coisa passional do que é contra para mim ou diferente. Muitas vezes eu me pergunto: o que é diferente do PSOL que serve? Ou o que é diferente do que vocês defendem que serve? Tem alguma coisa além do que vocês defendem que serve? Eu sou contra também à extrema direita. O que fizeram com o Jean Wyllys, por exemplo, aqui na Assembleia. O cara protocolou um projeto contra a homenagem a Jean Wyllys – sou contra isso também. Eu vou ser bem honesto, se alguém aqui quisesse homenagear o Lula, se alguém quisesse homenagear o Temer, a homenagem é do indivíduo – que é quem vai caracterizar o que motivou, o que é estímulo, a referência.

Eu, pessoalmente, concedi minha homenagem, Ver. Bosco, no ano passado, a um médico que nem é envolvido na política, o Dr. Samuel. Eu até dei os dados para vocês irem visitá-lo porque ele é um cara bacana, que defende uma alimentação saudável, que inclusive eu acabei não seguindo, por isso dei até uma engordada. Minha homenagem foi para ele. O cara não é da política, eu nunca soube em quem ele votou, nunca pedi voto para ele; talvez, provavelmente, ele tenha votado em mim porque concedi o título, mas um cara que trabalha sem fins ideológicos.

Penso que tem que haver esse respeito aqui. Penso, inclusive, Mônica, que é legítima a tua homenagem, porque me surpreenderia se não fosse alguém do Exército. Se tu fosses homenagear um *black bloc* aqui eu ficaria, sinceramente, surpreso; mas votaria a favor também, como eu acho que deve ser o procedimento da Câmara. Esse papo de que é uma homenagem da Câmara Municipal de Porto Alegre, na verdade é uma homenagem individual. O Mendes, por exemplo, votou aqui a homenagem para o Padilha, como é legítimo, e também é para qualquer um que tem as suas referências.

Eu, pessoalmente, se fosse fazer uma homenagem hoje deu passaria por ridículo, pois eu gostaria de conceder uma homenagem ao Pepe Mujica, Fernanda, só que eu não teria nem como entregar para ele; ou para o Papa Francisco – são as duas pessoas de referência para quem eu concederia homenagem. Como o Bosco falou, seria uma coisa ridícula, eu teria que mandar por Sedex para eles ou entregar nos consulados.

Então, eu vejo essas homenagens aqui, inclusive essa burocracia de discussão, de vir para plenário, assim como achei ridículo o deputado que protocolou projeto contra a homenagem a Jean Wyllys, ali na Assembleia. É esse o problema da grenalização da política, que eu acho ruim: o que é do Grêmio é tudo ruim e não serve para nada; o que é do Inter é tudo ruim e não serve para nada. Tenho aqui colegas da bancada evangélica, que eu respeito profundamente – hoje há milhares –, e há uma bancada evangélica no Brasil. As pessoas, muitas vezes, não se dão conta da passionalidade do que defendem; obviamente que justificados pela história, pela ideologia e pela maneira que querem ver, em qualquer aspecto. E eu digo isso, inclusive...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. RODRIGO MARONI: ...com relação ao que fizeram com o Jean Wyllys, que eu acho que é isto: o que é do outro nunca vai servir. E eu acho, gente, quando se tira a parte passional, fica tão mais simples de conviver. Eu tenho certeza de que eu nunca vou convencer a Ver.^a Mônica Leal a ser contra o Exército Brasileiro. Ela vai defendê-lo pelo o resto da vida dela, até o último dia. Como eu tenho certeza de que a Ver.^a Fernanda Melchionna, que é uma Vereadora que eu respeito, vai defender sempre o GLBT, os direitos humanos, enfim, e o Jean Wyllys e o Marcelo Freixo, como figuras que podem mudar, como a Heloísa mudou, por exemplo, mas que são pessoas por quem eu também tenho uma afinidade. Quero dizer que eu votaria com o maior orgulho para o Marcelo Freixo e para o Jean, talvez até proporia um título para eles. Então, gente, o melhor encaminhamento seria se o Regimento fosse mudado e cada Vereador pudesse dar de forma livre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádía está com a palavra para discutir o PLL n^o 067/17.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigada, Presidente Cassio Trogildo. Vou ser breve, colegas, até para que a gente possa encaminhar a votação, a pedido da Ver.^a Mônica Leal. Mas gostaria de levantar alguns pontos específicos e que são importantes para que nós pensemos e votemos com a consciência limpa. Como bem falou o Ver. Rodrigo Maroni, e eu tinha anotado aqui, a Ver.^a Fernanda Melchionna perguntou: o que fez o General por Porto Alegre? A minha pergunta é também: o que fez Jean Wyllys pelo Rio Grande do Sul e que ganhou a Medalha do Mérito Farroupilha? E, na Assembleia, a indicação de nomes para serem homenageados não passa por votação, até em respeito pelo mandato legislativo de cada um de nós que aqui estamos. Por óbvio que vão ter controvérsias em nomes, mas nós temos também que ter

um respeito todo, como bem foi dito, porque o General não está solicitando que seja homenageado. Está partindo de uma colega nossa, Vereadora, que tem legitimidade, que tem esse mandato legislativo e que aqui representa um grande número de porto-alegrenses e que repassaram a ela essa confiança de que os projetos, as homenagens que ela fizer estarão sendo respaldados por esse número de eleitores. Gostaria de dizer, ainda, que eu ficaria muito feliz se os nossos jovens, homens e mulheres, pudessem passar pelos quartéis militares, aprendendo disciplina, aprendendo a hierarquia, aprendendo administração, aprendendo a serem cidadãos com compromissos de verdade, compromissos morais, de éticas, de valores que hoje estão tão esquecidos na nossa sociedade. São os militares que asseguram a todos nós – policiais militares ou militares das Forças Armadas – a democracia no nosso Estado, na nossa Cidade e no nosso País.

Tenho a dizer, Ver.^a Mônica, que estarei contigo nessa demanda, dizer também ao Ver. Robaina que não podemos confundir a homenagem específica ao General com o Governo do Temer – não tem nada a ver uma coisa com a outra. Nós estamos aqui, a pedido da Ver.^a Mônica, homenageando o General, não o Governo de uma pessoa A, B ou C, que inclusive é o Governo que vem da Presidente Dilma. Enfim, tenha em mim, Ver.^a Mônica, uma parceira nessa homenagem, assim como os colegas que o fizerem. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 067/17.

O SR. DR. THIAGO: Eu vou ser bem rápido aqui, Ver.^a Fernanda. Só quero lembrar aqui quando houve, e esta Casa agiu diferente... Hoje foi a fala mais lúcida do Ver. Rodrigo Maroni, acho que foi a fala institucional mais lúcida na tarde de hoje, e a mais lúcida dele nesta tribuna, com a qual concordo em gênero, número e grau, Ver.^a Fernanda. Quando V. Exa. propôs aqui da tribuna a homenagem ao Jean Wyllys, e eu iria votar contra, V. Exa. usou este argumento, esse mesmo argumento que o Maroni usou hoje, que o Bosco usou hoje, a questão institucional – eu me lembro, tanto que me abstive da votação, não votei contra. E eu teria todos os motivos do mundo para votar contra, porque não concordo com as ideias dele, porque acho que ele acaba atingindo principalmente os médicos, principalmente os obstetras, e eu me sinto atingido pelas ações dele como Parlamentar, e não votei contra. Acho preocupante esta situação, e eu peço a reflexão disso.

Primeiro, que é uma homenagem da Casa e, depois, porque pode, sim, criar uma formação reativa às proposições, inclusive, da senhora. E acho que isso não é bom para a Casa, para os Vereadores, para a senhora, para o seu bloco. Então, eu peço que a gente faça essa reflexão em nome da paz, em nome do entendimento, em nome do respeito às prerrogativas dos Parlamentares. Porque, senão, Ver.^a Fernanda, eu acho que, independentemente de qualquer coisa, pode gerar uma formação reativa. Eu não

votei no Temer, nem votei no Lula. Agora, esse senhor está envolvido em alguma coisa incorreta do Governo? Não! Então eu peço a sua reflexão em nome da paz, em nome do entendimento, para a senhora, que é uma pessoa democrática. Então, não concorda? Vota, abstenção, não vota, enfim... É forçar a barra, Ver.^a Fernanda, é forçar a barra. Então, a mesma solicitação – e olha que não é projeto meu –, da mesma forma com que a senhora me pediu aqui desta tribuna, e eu nem usei a tribuna naquele dia! A senhora disse assim: “Vereador, isso é uma prerrogativa do Parlamentar.” E eu entendi, naquele momento, que era uma prerrogativa do Parlamentar. Então, essa mesma fala, eu faço agora aqui para a senhora de um projeto que não é meu, para evitar qualquer tipo de formação reativa que possa acontecer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 067/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 067/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Colegas Vereadores, Vereadoras, nessa já longa história na Câmara Municipal de Vereadores, eu nunca votei contra a oferta de um Título de Cidadão de Porto Alegre, nunca. Hoje, não posso votar favoravelmente, não posso, não me peçam isso. O momento é de uma gravidade ímpar – os senhores leem jornal, os senhores acompanham a mídia – as declarações desse General são incompatíveis com o Estado Democrático de Direito. Eu andei dando uma bisbilhotada na sua vida pregressa, não vi muitos problemas não, mas eu tenho que me pautar pelas últimas coisas que ele falou. Nós estamos lutando por liberdades democráticas, nós estamos lutando pelo Estado Democrático de Direito, pela dignidade da pessoa humana. O que ele tem dito ultimamente na imprensa é incompatível com a democracia! Por isso eu não posso votar nele. Se me pedissem aqui para votar no ditador da Coreia, eu votaria contra. E não existe este negócio de direita e de esquerda, porque nós temos ditadores que se dizem de esquerda e são ditadores. Eu nem sei ideologicamente o que ele pensa sobre economia do País, etc. e tal, faz parte de um Governo, aí eu preciso acompanhar o Ver. Robaina, com todo o respeito aos outros que pensam diferentemente. Mas não é só por isso, é por suas declarações claríssimas, defendendo uma visão truculenta de sociedade. Não posso, não posso! Nós aqui iniciamos a tarde de hoje debatendo, na fala do Ver. Wambert, em especial, a questão do Estado Democrático de Direito. Então, não é porque... Eu não tenho nenhum questionamento à Ver.^a Mônica aqui, é prerrogativa da Vereadora. Agora, eu também tenho o direito de, neste momento, por ser essa pessoa e por suas declarações cristalinas na imprensa, contra a democracia, contra o Estado Democrático de Direito. Vão perguntar: “Mas o que ele falou?”. Leiam os jornais, procurem na internet, e eu nem vou entrar num debate aqui muito mais complicado – esta coisa de ele receber o agente da CIA recentemente, que, inclusive, causou um quiproquó na imprensa, que o sujeito não dava o nome, que daí ele anunciou o nome, como que podia, quase que gerou uma

questão de relacionamento internacional. Não vou entrar nesse debate, porque isso é complexo. Precisariamos de 15 minutos de Grande Expediente para discutir essa questão. E tem mais, tem mais: não se trata de debater o Exército Brasileiro, não se trata de debater quem é general, quem é coronel, seja lá a patente que for. O que eu estou discutindo é que nós estamos num momento grave, gravíssimo, e esse cidadão fez declarações incompatíveis com a democracia. Essa é a minha posição, esse é o meu voto, é por isso que eu vou me guiar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, o Democratas não fará encaminhamento de votação, porque é óbvio que nós votaremos a favor do projeto. Eu quero dizer a todos, em alto e bom som, que eu tenho autoridade moral para olhar no olho de cada um e dizer: quando eu ideologizei uma homenagem nesta Casa? Nunca! Então eu tenho autoridade moral para cobrar. “Eu que votei na Dilma, eu que votei no Raul Pont, eu que votei em todas as propostas...”, não vamos fazer essa deselegância nesta hora, vamos homenagear quem merece ser homenageado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores que façam os encaminhamentos no seu tempo e na tribuna.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 067/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu ouvi atentamente todos os discursos e quero ser breve, mas sem ser muito breve também, porque os debates políticos precisam ser feitos com a profundidade que merecem. Se hoje chegasse um Título de Cidadão de Porto Alegre para o Gilmar Mendes, eu votaria contra com toda a tranquilidade. Não é porque um Vereador propôs que no meio de uma crise institucional e política com a dimensão da do Brasil nós vamos votar a favor do chefe de segurança de um Governo que não tem mais nenhuma condição de governar. O Ver. Dr. Thiago falou na tribuna da Comenda Porto do Sol ao Jean Wyllys; teve voto contra, Ver. Dr. Thiago, quero lhe agradecer a abstenção, mas abstenção é como voto contrário. Se o senhor acha que não é, então se abstenha no projeto de Título de Cidadão do Sergio, e vamos ver se não vai ter um impacto em relação aos votos. São necessários 24 votos, se todo mundo se abster, o projeto não é apresentado. Abstenção também tem poder de voto que não é favorável. E mais: nós não temos medo de retaliação. Alguém falou que poderia estragar a harmonia da Casa. Mas que harmonia da Casa? A oposição está excluída da Mesa e das Comissões. De que harmonia da Casa nós estamos falando? Não vão mais querer votar títulos nossos? Então não votem! E aí nós vamos discutir todos de todo mundo. Nós discutimos e aprovamos muitos títulos a pessoas que nós não concordamos ideologicamente. Não é um debate de que essa matiz ideológica não é como a minha, mas já dei quórum para aprovar título de todos os Vereadores desta Casa. Agora, votar um título no meio desta crise institucional a alguém que,

deliberadamente, decretou intervenção militar lá em Brasília no dia 24 de maio, a mando do Temer, é óbvio, e do Rodrigo Maia? Não com o nosso voto! Não vai ser com o voto do PSOL! E não é um problema se é do Exército. Alguém falou aqui que não pode ser do Exército, segundo a matiz do PSOL. Quem disse? Em primeiro lugar, quem fala pelo PSOL ou pela oposição é o pessoal da oposição. Não botem palavras na nossa boca! Em muitos momentos da história política do Brasil foi fundamental o baixo oficialato do Exército; o peso que teve a luta do tenentismo, o peso que teve o Exército, inclusive, lá na luta em Natal, na insurreição de 1935 ou mesmo a revolta dos marinheiros, que foi protagonizada pela Marinha, pelo João Cândido, por todo baixo oficialato da Marinha.

Eu tenho familiares do Exército. Não se trata de um debate se é Exército ou não é Exército; se trata, sim, da capacidade de reconhecer uma das principais barbáries e atrocidades cometidas contra o povo brasileiro, que foi a ditadura civil militar. Vinte e um anos de ditadura civil militar, que, agora, como bem falou o Ver. Adeli Sell, foram respaldados pelas intervenções públicas. O Ver. Adeli Sell falou que deu uma analisada antes de vir à votação de plenário. Então eu acho que é preciso ter posição em determinados casos. Quando se votou o título a Eliseu Padilha, nós fomos contra também, e foi antes de toda crise, porque eu tenho certeza de que, depois do indiciamento do Eliseu Padilha, a Câmara não votaria. Se viesse um título hoje para homenagear o Geddel Vieira, eu tenho convicção de que não teria 24 votos – ou pelo menos eu espero que não tivesse.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Foi preso hoje! Ou Título de Cidadão de Porto Alegre para o Aécio Neves... Não viria! Porque só o Supremo acha que ele não roubou, quando aparece até nos áudios falando do dinheiro e que depois podia pagar o primo. Olhem que insanidade! Foi solto pelo Supremo. Mas a Câmara não daria título. E por que dar um título para o chefe de segurança institucional de um Governo que não representa mais nada, de um Governo que só se mantém nas negociatas e na tentativa de dar em cima e tentar aprovar as reformas contra nós, inclusive com medidas depressivas como foi o dia 24 de maio lá em Brasília, a mando dos dois.

Então, eu quero deixar clara aqui a nossa oposição. Nós vamos votar contra sem medo de retaliação, Ver. Dr. Thiago, porque o nosso mandato não pode ser revogado. E mais retaliação do que nós tivemos, no ano de 2017, de medidas antidemocráticas e tentativas de excluir a oposição de todos os espaços da Câmara, foi feita ampla maioria dos Vereadores, não nos intimidam...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 067/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Ver. Dr. Thiago, que votou pela abstenção quando teve o voto do Jean Wyllys; acho que seria muito bom que, pelo menos, o senhor votasse pela abstenção em relação a esse assessor especial do Temer, porque acho que justamente...

(Aparte antirregimental do Ver. Cláudio Janta.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: O senhor, ao se abster, em relação ao Jean Wyllys, mostrou que não concordava politicamente. Mas eu não posso acreditar que o senhor concorde que o chefe institucional de segurança de um Presidente mafioso como o Temer seja homenageado pela Câmara de Vereadores. Então, peço, encarecidamente, que o senhor também mostre esse gesto. Porque, quando nós estamos votando – e eu quero insistir nisso, Ver. João Bosco – nessa conjuntura especial, não é um voto qualquer, uma homenagem, uma solidariedade com uma Vereadora que, nessa quadra da situação política, resolve homenagear um General que é Ministro subordinado a um Presidente mafioso. Esse tipo de homenagem tem uma lógica política, que é o respaldo a esse Governador. A Ver.^a Mônica Leal tem todo o direito de respaldar esse Governo, mas a Câmara Municipal precisa mostrar à sociedade porto-alegrense que ela não respalda um Presidente corrupto. E é isso o que está em discussão! Por isso o apelo que nós fazemos é que a Câmara de Vereadores entenda que nós estamos numa disputa política nacional pelos roubos do País, e a Câmara precisa apontar o lado em que está. Se vai fazer de conta que não há uma crise nacional, vai abstrair a existência de uma crise nacional e vai dar um voto de confiança no Governo Temer – é isso que a Câmara de Vereadores está fazendo ao apoiar uma proposta de homenagear e dar ao General que sustenta o Presidente Temer o Título de Cidadão Honorário de Porto Alegre.

Pobre dos outros títulos! Um título desse tipo descaracteriza os títulos anteriores, porque se esta Câmara está homenageando um sujeito que está sustentando um Governo corrupto, ela está desmerecendo todos os títulos anteriores corretamente dados, porque este título tem uma especificidade. Nós estamos numa luta política no País. Eu apelo ao PMDB. O PMDB aqui de Porto Alegre diz que não defende o Temer; eu já ouvi vários Vereadores dizendo que não defendem o Temer. Pois esta é uma forma concreta, é o momento oportuno de demonstrar que têm realmente essa independência, porque o voto nesse General é um voto de sustentação ao Governo, queiram os Vereadores ou não. Este é o sinal que será dado para fora. Infelizmente, acho que foi esta a intenção da Ver.^a Mônica Leal, de fazer um gesto político, de fortalecer o seu campo político. A Vereadora fez uma opção de campo: ela acha que é o melhor para País que o Temer continue, que continue este Governo. Não sei as razões pelas quais a Vereadora tem essa posição, mas ela tem tanto essa posição, que, neste momento, ela expõe a Câmara de Vereadores para que vote a sua proposta de homenagear um General cujo pai foi um dos representantes da tortura na ditadura militar, um dos Generais que

foi contrário à comissão da verdade. O Sr. Sérgio Etchegoyen nunca defendeu uma autocrítica do Exército em relação à tortura, em relação ao regime militar. Como se isso não bastasse, sustenta um Governo corrupto. E vamos tratar como se fosse uma votação qualquer, do Jean, da Maria, de um Vereador que, ao acordar numa manhã, resolveu homenagear alguém? Isso é de uma ingenuidade completa. Aqui não é uma homenagem qualquer; aqui é uma luta política, e o sinal que o Partido Progressista dá nessa luta é de respaldo ao Governo. Que o PMDB vote a favor do Temer não me surpreenderia; mas que os Vereadores do PMDB de Porto Alegre votem a favor do Temer, surpreende-me, porque eles dizem, o tempo inteiro, que não querem respaldá-lo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Memorando nº 017/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião da Internacional Socialista na sede da ONU, em Nova York, no período de 8 a 13 de julho de 2017.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação nominal o PLL nº 067/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADO por 26 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o Requerimento nº 140/17 seja o primeiro na ordem de priorização de votação da próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. MENDES RIBEIRO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 18h22min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1078/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 123/17, de autoria do Ver. Lino Zinn, que obriga as entidades subvencionadas pelo Executivo Municipal a divulgar, em seus *sites* ou *blogs* ou no Portal Transparência Porto Alegre, informações relativas a ações que especifica e suas prestações de contas encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado.

PROC. Nº 1164/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 135/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que institui o Programa de Terapias Naturais no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1526/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 175/17, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que denomina Rua Aldo Alves da Silva o logradouro público parcialmente cadastrado conhecido como Beco Ponta Grossa, localizado no Bairro Ponta Grossa.

PROC. Nº 1804/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 208/17, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Dia em Memória das Vítimas do Voo JJ3054 da empresa TAM Linhas Aéreas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 17 de julho.

PROC. Nº 1688/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/17, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Ricardo Finn Salomão.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0713/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 057/17, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que obriga os estudantes da rede pública de ensino municipal a apresentar atestado médico e resultados de exames de saúde periódicos para participar das aulas de educação física.

PROC. Nº 0913/17 – SUBSTITUTO Nº 01, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que faculta a instalação de mictórios públicos no Bairro Centro Histórico, e dá outras providências, ao **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 093/17. Com Emenda nº 01 ao Projeto.**

PROC. Nº 1188/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/17, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que altera o § 2º do art. 38-H da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008, e alterações posteriores, excetuando as bebidas alcoólicas oriundas de produção artesanal da proibição de venda de bebidas alcoólicas em eventos de gastronomia itinerante.

PROC. Nº 1531/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 176/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Praça Egomar Lund Edelweiss o logradouro público cadastrado conhecido como Praça Três Mil e Treze, localizado no Bairro Mário Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h23min.)

* * * * *